



**Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Escola de Comunicação  
Jornalismo**

**JORNALISMO E HISTÓRIA:  
FONTE, MEMÓRIA E INTERDISCIPLINARIDADE**

**FLÁVIA FLORENTINO MARCONDES DOS REIS**

**Rio de Janeiro**

**2007**



**Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Escola de Comunicação  
Jornalismo**

# **JORNALISMO E HISTÓRIA:**

## **FONTE, MEMÓRIA E INTERDISCIPLINARIDADE**

Monografia submetida à Banca de Graduação  
como requisito para obtenção do diploma de  
Comunicação Social – Jornalismo.

**FLÁVIA FLORENTINO MARCONDES DOS REIS**

**Orientadora: Profa. Ana Paula Goulart Ribeiro**

**Rio de Janeiro**

**2007**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

**TERMO DE APROVAÇÃO**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **Jornalismo e História: fonte, memória e interdisciplinaridade**, elaborada por Flávia Florentino Marcondes dos Reis.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, dia 12/12/07.

Comissão examinadora:

---

Professora Ana Paula Goulart Ribeiro

---

Professora Maria Helena Junqueira

---

Professor Micael Herschmann

Rio de Janeiro  
2007

*Dedico a presente monografia àqueles que ao longo destes anos na Escola de Comunicação  
contribuíram pela formação que concluo hoje, seja por curtos ou longos períodos,  
seja de perto ou de longe, mas que de uma forma especial sempre estiveram presentes.*

REIS, Flávia Florentino Marcondes dos. *Jornalismo e História: fonte, memória e interdisciplinaridade*. Orientadora: Ana Paula Goulart Ribeiro. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ. Monografia em Jornalismo.

## RESUMO

Este trabalho faz uma reflexão acerca da utilização dos jornais como fonte legítima para a pesquisa histórica. Ao longo dos anos, a mídia apropriou-se de um sentido de construção da história através da apropriação da memória e de técnicas narrativas que pregam objetividade e imparcialidade. Neste percurso, à medida que a ditadura do acontecimento, associada às inovações tecnológicas, se tornava sua ferramenta principal, entrou em conflito com os historiadores, antes única autoridade na categorização do fato histórico. Apesar da crítica destes em relação a esta apropriação, a legitimidade adquirida culturalmente pelo jornalismo impôs a busca de um caminho que integrasse as duas disciplinas. Assim, enquanto o jornalismo fortalece sua imagem de testemunha da história ao alcançar posição privilegiada na representação da realidade, o historiador, dotado de um conhecimento científico que lhe é próprio, encontra caminhos para utilização desta imensa fonte de documentação e pesquisa.

Palavras-chave: Jornalismo. História. Memória. Fontes.

REIS, Flávia Florentino Marcondes dos. *Jornalismo e História: fonte, memória e interdisciplinaridade*. Orientadora: Ana Paula Goulart Ribeiro. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ. Monografia em Jornalismo.

## **ABSTRACT**

This paperwork is about the newspaper as a valid source for historical research. Throughout the years the press took the responsibility of constructing history through the gathering of facts and the use of narrative techniques that aimed impartiality and straightforwardness. This way, the search for facts, associated with technological novelties, became a powerful tool for the press, and ended up generating a conflict between the latter and the historians, who used to be the sole authority when it came to gathering historical data. Despite all the criticism toward the new role of the press, its credibility made it necessary to integrate both institutions. So, while journalism strengthens its role as a history witness and acquires an important position in portraying reality, the historian, with their scientific knowledge, find ways to use this huge source of documentation and research .

Key words: Journalism. History. Memory. Source.

## **SUMÁRIO**

<b>1</b>	<b>Introdução.....</b>	<b>08</b>
<b>2</b>	<b>A história e as fontes.....</b>	<b>11</b>
<b>2.1</b>	<b>O conceito de história.....</b>	<b>11</b>
<b>2.2</b>	<b>O tempo histórico.....</b>	<b>14</b>
<b>2.3</b>	<b>O fato histórico e o acontecimento.....</b>	<b>18</b>
<b>2.4</b>	<b>A questão das fontes.....</b>	<b>22</b>
<b>3</b>	<b>Jornalismo e memória.....</b>	<b>28</b>
<b>3.1</b>	<b>O conceito de jornalismo.....</b>	<b>28</b>
<b>3.2</b>	<b>A questão da memória.....</b>	<b>35</b>
<b>3.3</b>	<b>A operação jornalística.....</b>	<b>37</b>
<b>4</b>	<b>O jornal como fonte histórica.....</b>	<b>41</b>
<b>4.1</b>	<b>A história nos jornais.....</b>	<b>41</b>
<b>4.2</b>	<b>Os jornais na história.....</b>	<b>48</b>
<b>5</b>	<b>Conclusão.....</b>	<b>52</b>
	<b>Referências bibliográficas.....</b>	<b>54</b>

## **1 Introdução**

O presente trabalho discute a questão da utilização dos jornais como fonte para a pesquisa histórica considerando suas variáveis estruturais e sua aplicabilidade. A idéia da realização desta pesquisa surgiu a partir da observação de que o jornalismo atual se auto-intitula “testemunha da história em tempo real” e se impõe como relator da história contemporânea. Ao mesmo tempo, historiadores rechaçam este posicionamento sob a justificativa de que a produção jornalística não obedece ao cientificismo da História como disciplina e, portanto, não comporta os requisitos necessários ao ofício do historiador, não podendo jamais pretender executar tal atividade.

Frente a este conflito idealista e metodológico, se desdobra uma questão de extrema importância. Faz-se necessário compreender as operações de sentido destes dois ramos do conhecimento a fim de identificar as nuances desta disputa pela condução da história. Em uma época na qual o avanço tecnológico sedimenta a comunicação como base das relações sociais modernas, a mídia passa a ter papel definitivo e sua inserção na vida das pessoas não pode ser ignorada. Neste panorama, a ela atua como instrumento social, pois representa uma forma de pensar de uma parcela da sociedade, assim como exerce influência sobre a mesma.

Ademais, a evolução do pensamento historiográfico, ao ultrapassar a concepção positivista, conduziu a uma ampliação das fontes para pesquisa histórica. E enquanto antes o estudo dos acontecimentos e dos fatos passados restringia-se ao conhecimento legado pelos historiadores, hoje este empreendimento se ampliou e se democratizou com a sedimentação de novos objetos de pesquisa. Atualmente os jornais atuam como ferramentas de transmissão da realidade, levando diariamente a uma enorme quantidade de pessoas informações sobre múltiplos assuntos. Seu relacionamento com o relato factual, com pretensão de ser objetivo e real, lhe permite assumir esta posição na qual tudo que é abordado na mídia passa a ser considerado como verdadeiro.

Importante ressaltar que a análise dos jornais como fonte histórica implica o reconhecimento das etapas de elaboração da notícia jornalística e a capacitação crítica e interpretativa sobre o produto final. Sabemos que sob a aura de imparcialidade do jornalismo reside uma intensa influência de interesses conduzidos pela linha editorial, pela publicidade,



pelos interesses dos donos, entre outros agentes. Não obstante, isto não impossibilita o seu reconhecimento como fonte inequívoca do relato de uma época.

Este trabalho, portanto, faz uma avaliação de como o pesquisador deve olhar para as fontes disponíveis nos arquivos jornalísticos, atentando para cuidados essenciais relativos ao discurso, ao mito da imparcialidade, entre outros recursos de apuração e elaboração de notícias. Por outro lado, também reconhece como os jornais se constituem como documentos importantes, à medida que o fato em si é uma abstração, o que existe realmente é produção sobre eles. Da mesma forma, todo o conteúdo histórico ou factual também realiza uma leitura dos acontecimentos e dos fatos, que podem assumir inclinações variadas quando analisadas por diferentes historiadores.

É de grande relevância para o aprofundamento do estudo em Comunicação Social e História a compreensão de como ocorre esta utilização do jornal como fonte, de modo a desmistificar a correlação entre as duas disciplinas e permitir uma maior flexibilidade e troca de conteúdos entre elas. Com esta preocupação, a partir do estudo de textos específicos da história e de jornalismo, e da posterior análise de conteúdos práticos, a presente monografia foi elaborada.

Para a realização deste estudo, em primeiro lugar buscou-se aprofundar os conhecimentos em metodologia da história, o que foi facilitado pelo curso de algumas disciplinas oferecidas pelo curso de História desta universidade. Nesta etapa, delineamos os conceitos de história, fonte, fato, acontecimento e tempo, pedras basilares ao desenvolvimento da proposta. Utilizou-se como linha estrutural os ensinamentos do historiador Jean Glénisson, com sua abordagem bastante pedagógica da evolução do pensamento histórico. Juntaram-se os conhecimentos obtidos pela leitura de autores importantes da historiografia como Fernand Braudel, Pierre Nora, Peter Burke e Michel de Certeau.

Em seguida, passou-se ao estudo do jornalismo propriamente dito e sua formulação discursiva. Entrando no terreno da construção da memória e da formação da legitimidade e verdade jornalísticas, a contribuição dos estudos de dissertação de Ana Paula Goulart Ribeiro foi de grande relevância. A compreensão de Foucault sobre análise de discursos e a explicação de Barbie Zelizer na construção de uma autoridade cultural somaram conteúdos à narrativa.

Por fim, buscou-se uma mostra nos veículos de comunicação e no trabalho de historiadores da interferência de uma disciplina na outra, produzindo uma análise crítica desta

interseção. Aqui avaliamos a prática do discurso jornalístico e sua apropriação do sentido histórico, que lhe confere a impressão de que tudo aquilo que veicula é real. Em contraposição observou-se que grande parte da produção acadêmica em história utiliza os jornais como fonte e, assim, reconhece sua importância.

## **2 A História e as fontes**

O conhecimento acerca de conceitos básicos referentes à Metodologia da História vem sinalizar aspectos fundamentais para a compreensão do presente estudo. Partindo do conceito de História e seus desdobramentos, passamos a compreender as operações de sentido utilizadas por esta disciplina na construção da narrativa histórica. Ao mesmo tempo, iniciamos o caminho para o desenvolvimento do paralelismo entre História e Jornalismo, que irá viabilizar a construção de um diálogo interdisciplinar.

### **2.1 O conceito de história**

Hoje, ao pronunciarmos a palavra “história”, estamos diante de algo equívoco, dotado – ao menos – de três sentidos possíveis: o de *realidade histórica* (...) que corresponde ao “conjunto dos fenômenos pelos quais se manifestou, se manifesta ou se manifestará a vida da humanidade”; o de *conhecimento histórico*, sendo a história, agora, não mais a realidade objetiva do movimento do mundo e das coisas, mas, em primeiro lugar, a observação subjetiva deste movimento pelo historiador e, em segundo, o registro desta observação num relato escrito, numa *obra histórica*.<sup>1</sup>

O enunciado pluralista de Jean Glénisson ao se deparar com o desafio da definir “o que é história?” nada tem de inédito. Pelo contrário, inúmeras são as discussões teóricas em busca da resposta a esta pergunta. De fato, o isolamento deste conteúdo não é tarefa simples, uma vez que ambigüidade do termo está presente desde sua origem. Por haver sido utilizada a partir de distintas concepções ao longo dos séculos, a “história” adquiriu significados múltiplos orientados pelas diferentes gerações e civilizações pelas quais foi empregada. Ainda hoje seu conceito encontra dificuldade de definição e, mesmo fora do meio científico, é possível observar essa diversidade de significados com os quais dialogamos diariamente em nossa casa, no trabalho, na escola, na roda de amigos.

A antiga diferenciação ortográfica conferida pela Língua Portuguesa, que restringia “história” para referência à disciplina acadêmica e “estória” aos romances da literatura, não logrou promover uma eterna separação de conceitos. Pelo contrário, a gramática atual inclusive declinou tal diferenciação, tornando ainda mais vivo e palpável o caráter ambíguo. Diferente do que possa parecer à primeira vista, esta característica não se apresenta apenas no

---

<sup>1</sup> GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. Rio de Janeiro / São Paulo: Difel, 1977. 2ª. ed. p. 14.

Português, estando presente em idiomas como o Alemão, Francês, Italiano, Espanhol, Holandês e Russo, o que demonstra que a complexidade da questão ultrapassa a barreira lingüística.

Quando somos crianças, a história nos é apresentada inserida em um ambiente lúdico ao designar as histórias fantásticas inventadas pelo homem sob a forma de fábulas e contos de fadas que nos são contadas diversas vezes desde a mais tenra idade. Com o desenvolvimento escolar, passamos a conhecer a história não apenas como uma narrativa imaginária, mas como um relato dos fatos do passado que irão descrever a história dos países, das civilizações, das artes, dos indivíduos. A ampliação de significados vem, de uma vez por todas, solidificar a ambigüidade. Aprendemos a conviver com expressões como “ela está de história”, no sentido de que alguém está inventando um relato; “ela faz história”, para designar um estudante da cadeira científica; “a história da vida do Papa D. João VI”, como construção de narrativa biográfica; “a história do Brasil”, como a narrativa de fatos referentes ao surgimento e desenvolvimento do país. Essa multiplicidade de significados nos remete à busca de sua origem a fim de compreender melhor o motivo desta diversidade.

Os primeiros a utilizarem a palavra história foram os gregos, que lhe conferiram o significado original de “aquele que sabe” ou de “testemunho”<sup>2</sup>. Nesta época, que remonta anos anteriores ao século II a.C., o saber histórico era bastante diferente de sua concepção moderna-contemporânea e encontrava-se intimamente relacionado à mitologia. A isenção do rigor científico permitia que os relatos associassem acontecimentos políticos, naturais ou humanos à ação de divindades, o que propiciou o surgimento das lendas gregas. A história, então, consistia numa narrativa que conectava as fábulas aos fatos reais, numa profunda fusão entre o real e imaginário, o que dificultava o alcance da verdade histórica no sentido que a compreendemos hoje.

Somente com a influência de Heródoto que, no século V a.C., empregou o termo para designar a busca do conhecimento das coisas humanas e a pesquisa como um saber propriamente histórico, é que se iniciou uma alteração de paradigma. Neste momento a história passa a valorizar mais a ação humana que a divina e conscientiza-se do poder sobre seu próprio destino. Assim, podemos dizer que a importância da contribuição grega na conceituação de história reside principalmente no conhecimento da busca pelos fatos considerados em si mesmos, ou seja, na valorização dos acontecimentos relacionados à origem de um povo ou civilização

---

<sup>2</sup> Ibidem. p. 13.

alheios a qualquer caráter divino que sobre ele pudesse repousar. O método também sofre importante transformação ao empregar a crítica sistemática sobre fatos precisos.

A busca pela verdadeira história impetrada por Heráclito foi diferencial fulminante para o início da História como disciplina. Outros povos não lograram atingir tal êxito, seja por incapacidade compreensiva, por falta de dados subsistentes para suporte em pesquisa ou, ainda, pela não-valorização do fato verdadeiro, real, mas somente pelo extraordinário e fantasioso. Este foi o caso dos egípcios que, apesar de serem uma população letrada e possuírem extenso arquivo de registro, encontravam-se inseridos numa esfera de subjetividade que negligenciava as narrativas objetivas.

Em seguida, a emergente Roma apropriou-se do termo cunhado pelos gregos, assim como de seu método, e dinamizou sua utilidade. A história passou a ser utilizada como ferramenta para fortalecimento do Estado através da divulgação de intenções morais e patrióticas, deixando de lado, portanto, o estudo do saber antigo. O período medieval que se seguiu, com a influência da religião católica, acabou por construir uma religião histórica, mas não acrescentou mudanças significativas na forma de pensar a história e não deixou grandes contribuições técnicas. Já com o Renascimento, a evolução intelectual reacendeu, dando origem às técnicas modernas de história. Na medida em que esta vai se tornando mais científica e crítica, a busca pela extirpação dos fatos reais em detrimento de caráter narrativo imaginário torna-se cada vez mais evidente.

Hoje, pode-se dizer que:

a concepção dominante de história (...) restringe-se à compreensão de um conhecimento seguro, preciso, intangível. A história é uma questão de memória. É conhecida em todos os pormenores, distribuída por toda eternidade em fatias cronológicas rigorosamente ajustáveis uma a outra e na qual se alinham, disciplinadamente, os acontecimentos chamados históricos. Dentro deste conceito, o historiador nada mais pode ser que um colecionador de fatos e datas. A história preexiste ao historiador.<sup>3</sup>

Em termos mais simples, podemos dizer que a história é a ciência que estuda os fatos históricos, ou seja, fatos do passado, que ao dialogarem com outros eventos estabelecem relações de causa e efeito e atingem significação ímpar dentro de determinada conjuntura. A

---

<sup>3</sup> Ibidem p.12.

princípio, qualquer fato poderia ser considerado histórico, mas ao compreendermos a história como um processo onde relações de causalidade entre fatos são fundamentais para empregar sentido num contexto mais amplo, percebe-se que há uma seleção entre o que é fato histórico e o que não é. Esta categorização está inteiramente relacionada com uma questão técnica e teórica, podendo assumir diversas nuances de acordo com o pesquisador que a orienta.

## 2.2 O tempo histórico

O passado, por sua vez, seria o campo direto de atuação do historiador, como o tempo no qual ocorreram os fatos dignos de apreciação. Para os positivistas, principalmente, a linha divisória entre passado e presente deve ser sempre nítida e o passado consiste num “encadeamento contínuo de acontecimentos”<sup>4</sup>. No entanto, esta separação tão segura sempre esteve relacionada a um aspecto ficcional. Ora, como seria possível promover uma separação tão estanque destes elementos temporais? Onde determinar quando começa o passado e onde termina o presente?

A filosofia de Santo Agostinho já analisava muito antes a medida do tempo e enunciava a impossibilidade desta separação estreita. Segundo ele, o tempo só existe no presente, o qual dura apenas um instante ou não possui qualquer duração. Tendo em vista que o passado *não mais* existe e o futuro *ainda* não existe, estes espaços temporais tornam-se, por sua vez, projeções do tempo presente. Com este pensamento, o filósofo colocou em xeque a existência do passado e do futuro. A medição do tempo, portanto, somente se viabilizaria pela “impressão gravada na alma humana”, mas não no transcorrer temporal real, uma vez que este é impossível de medir.

seria talvez mais justo dizer que os tempos são três: o presente dos fatos passados, o presente dos fatos presentes e o presente dos fatos futuros. E estes três tempos estão na mente e não os vejo em outro lugar. O presente do passado é a memória, o presente do presente é a visão. O presente do futuro é a espera.<sup>5</sup>

Quando narramos os acontecimentos passados nós os tiramos da memória, ou seja, dos fatos passados que deixaram uma impressão na alma. Já os acontecimentos futuros são

---

<sup>4</sup> NORA, Pierre. *O retorno do fato*. In: História: novos problemas. Rio de Janeiro: Cisco Alves, 1988. P. 280.

<sup>5</sup> AGOSTINHO, Santo, Bispo de Hipona. *XI LIVRO – Meditação sobre o primeiro versículo do Gênesis: “no princípio Deus criou...”*. In: Confissões. São Paulo: Paulus, 2002. P. 348-349.

resultado da análise dos fatos presentes que existem e que vemos, e que darão um resultado previsível no futuro.

Ainda que não tivéssemos conhecimento dos pensamentos agostinianos, poderíamos alcançar este esclarecimento através de nossa própria percepção da passagem do tempo. Compreendemos os acontecimentos como passados depois de decorrido determinado tempo de sua incidência. No entanto, não sabemos determinar o momento no qual um fato passou do “presente” para o “passado”. Nossa capacidade de localização somente se faz mais eficaz quando possui um ponto de referência, como ao analisarmos, por exemplo, os fatos ocorridos durante o ano de 2007 e dispomos tudo que foi anterior a hoje como passado. Nesta antecipada determinação, simultaneamente, reside a incerteza de se poder assinalar o ontem como passado, tendo em vista que os fatos então ocorridos esparramam-se no hoje e apresentam-se inconclusos e imperfeitos. Assim, a pergunta de Sto. Agostinho mais uma vez aparece com propriedade e atualidade ímpares: “O que é o tempo? Se ninguém me pergunta, eu sei; porém, se quero explicá-lo a quem me pergunta, então não sei”.

O tempo histórico durante a predominância das sociedades míticas ou primitivas era compreendido como circular, marcado por intervalos regulares, e respondia à teoria do eterno retorno. Esta concepção, no entanto, alterou-se com a percepção moderna de continuidade e linearidade, que apresentou suas primeiras nuances já em Roma. O homem moderno passou a compreender o tempo como algo concreto e o tempo histórico – e da sociedade atual como um todo – tornou-se linear e sistematicamente estruturado. Esta transformação afetou também a percepção de movimento e mutabilidade das situações humanas, abrindo espaço para uma nova concepção de tempo histórico que passaria a considerar a duração dos fatos históricos.

Fernand Braudel<sup>6</sup> tratou esta temporalidade definindo a história de longa, média e curta duração. A longa, retratada a partir do plano geográfico, representaria uma história quase imóvel, que observa o relacionamento do homem com o meio que o rodeia. Essa seria uma história das estruturas, lenta e de poucas transformações. A média duração pode ser observada na história social, dos grupos e agrupamentos. Aqui tempo social diz respeito a uma história lentamente ritmada, voltada a questões conjunturais. No último plano estaria a história do homem como indivíduo, a história de curta duração. Neste, o tempo é muito dinâmico, é o espaço dos acontecimentos.

---

<sup>6</sup> BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectivas, 1978.

Mais do que a ciência que estuda os fatos do passado ou a ciência que estuda os fatos históricos, a História deve ser definida como a ciência que estuda o processo de transformação da realidade social. A partir da idéia de mudança, a História pode mostrar as diferenças entre o que foi e o que é, simbolizando os limites e demarcando as fronteiras entre o passado e o presente.<sup>7</sup>

Dentro destas percepções, constata-se que o tempo presente é fundamental para a visualização do passado e do futuro. Enquanto o presente é definido como atualidade, o passado consiste em uma forma de representar a alteridade<sup>8</sup>. Não obstante, hoje a história conflita com a velocidade da produção de acontecimentos empregada pela mídia e encontra verdadeiro entrave na catalogação dos fatos históricos, uma vez que uma “história do presente”, ditada pelo jornalismo, inflou-se de sentido histórico e subtraiu do historiador a competência para essa classificação.

A história, de acordo com a corrente do presentismo (oposta ao positivismo), é compreendida como uma projeção do pensamento e dos interesses presentes sobre o passado. Ou seja, ela não seria algo fixo, mas uma constante releitura dos fatos de acordo com seu resultado no futuro. A verdade histórica seria, portanto, sempre relativa, tendo em vista que o conhecimento histórico é um processo infinito. A re-interpretação se faz necessária na medida em que se sucedem as gerações, cada qual com sua forma de pensar única e, portanto, outra compreensão e re-significação histórica. É sempre a partir do presente que se montam critérios de seleção e categorização de certos fatos como importantes.

Importante observar que nem sempre esta forma de pensar orientou os estudos históricos. Durante vários anos o estudo da história esteve orientado pelo positivismo e voltado para a abordagem dos “grandes feitos dos grandes homens”, ou seja, àquilo que diz respeito aos feitos políticos e militares e que eram compreendidos como os mais importantes, pois tinham a capacidade de transformar a vida de uma sociedade.

O questionamento a esta forma de abordagem histórica, como já foi enunciado, iniciou-se com a chegada do Iluminismo, que abriu espaço para o fortalecimento de uma crescente preocupação com a história cultural e social. Não obstante, as primeiras tentativas de praticar esta *nova história* foram rapidamente suprimidas com desenvolvimento da escola positivista alemã, a qual pregava a utilização de um método científico para o estudo da disciplina.

---

<sup>7</sup> RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *A história do seu tempo: a imprensa e a produção do sentido histórico*. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado ECO/UFRJ, 1995. P. 29.

<sup>8</sup> Ibidem.



Segundo este método, deveria haver um distanciamento entre o historiador e seu objeto para que a narração dos fatos históricos pudesse ser elaborada com absoluta imparcialidade, vazia de subjetivismos, calcada somente nas fontes. Dando continuidade ao paradigma predominante e, ainda, fortalecendo-o, a história positivista se dedicaria somente aos “fatos importantes”, ou seja, àqueles que envolvessem líderes políticos e que fossem fundamentais às grandes transformações da vida social <sup>9</sup>.

O principal expoente desta fase foi Leopold Von Ranke. Apesar de seus estudos não se limitarem à história política, seu trabalho e seu método contribuíram de forma efetiva para um novo isolamento da história da sociedade, da arte, da literatura e da ciência. A predominância desta forma conservadora de se pensar história era responsável por um distanciamento crescente desta disciplina em relação às outras ciências humanas. Embora houvesse historiadores que não se dedicavam aos fatos políticos e, sim, aos fatos culturais e sociais, estes constituíam uma minoria inexpressiva e menosprezada. Desta forma, muitas eram as críticas oferecidas pelas outras ciências a esta estagnada e exclusivista forma de pensar.

O movimento dos Annales surgiu como uma forma de resistência à produção historiográfica reinante. Marc Bloch e Lucien Febvre iniciaram um debate acerca da construção da história como problema, na qual o homem ordinário exerce o papel de agente condutor, há o desprezo dos acontecimentos singulares na busca de uma história de longa duração e, por conseqüência, se procede à análise de estruturas sociais, inaugurando uma diferente concepção do tempo histórico. Estes novos ideais abriam espaço à subjetividade, pois possibilitavam ao historiador a interpretação, o questionamento e o preenchimento de lacunas sem o distanciamento pregado pelos positivistas. Dentro de uma perspectiva antropocêntrica, pode-se dizer que, sob as luzes do Renascimento e do Iluminismo, o homem assumiu as rédeas da condução de sua vida e tomou consciência de seu papel central na análise historiográfica. Eram suas as ações que permitiam o curso dos acontecimentos. O homem como centro de todas as coisas não poderia admitir uma história que obscurecesse seu papel, ainda que sob a desculpa de uma análise imparcial dos fatos.

---

<sup>9</sup> BURKE, Peter. *A Escola dos Annales: a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: UNESP, 1997.

### 2.3 O fato histórico e o acontecimento

Em meio às disputas metodológicas da história e sua definição própria sobre o tempo, o fato histórico permanece substancialmente importante. Ele é assim adjetivado por ter adquirido importância em determinado contexto, ao produzir consequências significativas em uma sociedade ou comunidade. Neste sentido, não é suficiente que um fato tenha ocorrido no passado para ser chamado de “histórico”. Ele precisa estar coroadado de muito mais qualidades do que a cronologia lhe permite. Dentro deste contexto, se faz necessário observar *quem* elege um fato como sendo histórico e o *porquê* dessa escolha.

Não existe fato histórico bruto. Ele é sempre produto de algum tipo de elaboração teórica, que o promove à categoria de histórico. Pressupõe um sistema de referência e de uma teoria, nos quadros dos quais operam-se a seleção e a valorização dos acontecimentos e processos.<sup>10</sup>

A história, conforme nos ensina Michel de Certeau, deve ser encarada como uma operação que relaciona um lugar social, uma prática científica e um texto. Nunca está, no entanto, alheia aos subjetivismos, uma vez que o historiador, como sujeito social, recebe influência do meio, de sua cultura, de sua academia, entre outros aspectos que o conduzem a uma interpretação factual própria. Assim, compreende-se que o mesmo fato histórico pode sofrer leituras distintas. Nesta lógica, o objetivismo histórico pregado por Ranke no início do século XIX, segundo o qual o cientista da história deveria restringir-se ao relato puro e simples dos fatos históricos, sem a problematização e crítica, de modo algum subsiste.

A conceituação de fato histórico tornou-se fundamental para os historiadores principalmente quando a História passou a ocupar o rol das disciplinas científicas. Compreendeu-se, então, a existência de uma característica singular e intransponível da história, que a distinguia das outras ciências da natureza: o fato histórico, que como matéria-prima desta disciplina, é insuscetível a repetições. Enquanto as ciências exatas reproduzem suas teses e realizam experimentos laboratoriais controlados que se repetem incontáveis vezes, o fato histórico caracteriza-se pela unicidade. Ele está inserido em um tempo e espaço definidos, cujas condições são sempre únicas.

---

<sup>10</sup> RIBEIRO, p. 15

Sabemos que não é possível fazer voltar o tempo e, por essa razão, tampouco seria possível fazer retornar as variáveis de uma época que resultaram na construção de um fato histórico. E, ainda que se reunisse os mesmo atores e se simulasse as condições, como seria possível garantir de que o fato histórico se despertaria na mesma maneira e na mesma direção? Neste sentido pode-se compreender a irreversibilidade do fato histórico como uma característica que lhe é intrínseca. “Porque a história não se repete, o fato de ela se ocupar exatamente com as variações ligadas à temporalidade é o que faz dela “uma narrativa de acontecimentos””.<sup>11</sup>

O fato histórico tradicional, da forma como é apresentado, consiste em um elemento compartimentado que busca reunir através de diversos fragmentos o acontecimento bruto. Esta construção, conforme Collingwood nos revela, faz parte da imaginação histórica. O pensamento do historiador se assemelha à percepção, opera sobre imagens da realidade percebidas pelo homem e não pode existir de outra maneira que não esta.

A imaginação *a priori* preenche as lacunas e consiste no papel estrutural da imaginação histórica. É necessário ao historiador, assim como à sociedade e aos jornalistas – que no mundo contemporâneo passaram a assumir o papel de relatores da história – compreender que o fato contado friamente, como foi consolidado por muitos anos nos livros acadêmicos, não é capaz de apresentar as sutilezas de sua concepção. Isto ocorre porque são inúmeras as movimentações tomadas até a sua concretização, que vão desde aspectos materiais palpáveis a condições subjetivas, que seguem o critério do pensamento, da cultura ou, ainda, do imprevisto.

Assim, pode-se dizer que a “a história cria o seu objeto”<sup>12</sup> na medida em que elabora uma síntese de variáveis infinitas intitulando-a de fato histórico e, ao mesmo tempo, relegando a segundo plano – pelo menos à primeira vista – todas as nuances que possibilitaram sua existência. Ademais, cabe repetir, que esta sistematização e sintetização poderá ser feita de diversas maneiras e, por isso, atingir interpretações igualmente distintas de acordo com o historiador que, junto com sua carga individual e as concepções de seu tempo, se debruça sobre o estudo.

Assim, ao entendermos um fato histórico como fato material ocorrido em um espaço e um tempo determinados, nos deparamos com um novo conceito: o de acontecimento. O

---

<sup>11</sup> CARDOSO, H. R. Jr.. *Acontecimento e história: pensamento de Deleuze e problemas epistemológicos das ciências humanas*. Trans/Form/Ação. São Paulo: v.28(2), 2005, p.105-116. Acesso em: 27 de setembro de 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/trans/v28n2/29417.pdf>.

<sup>12</sup> GLENISSON, op. cit. p. 132.

acontecimento é de difícil previsibilidade, não aceita repetições e possui graus de importância infinitamente variados. É o elemento motor da história, aquele que impulsionará as transformações.<sup>13</sup>

Existem estudiosos, porém, que vão de encontro a essa equiparação entre fato e acontecimento por discordarem no que diz respeito à instantaneidade. O fato, nesta ordem de pensamento, não se caracteriza pelo momento único, pois poderia ser marcado por sua duração, como no caso de uma guerra que perdure por vários anos. Já o acontecimento está obrigatoriamente restrito ao “aqui e agora” e estes dois conceitos seriam incompatíveis. No entanto, ambos podem estar inseridos em uma só palavra. Quanto a este aspecto, Collingwood reflete:

(...) aquilo que geralmente percebemos é sempre o isto, o aqui e o agora (...). O pensamento histórico existe em relação a uma coisa que nunca pode ser um isto, porque nunca é um aqui e agora. Os seus objetos são eventos que já ocorreram completamente em condições que já não existem. Só quando já não são perceptíveis é que se tornam objeto do pensamento histórico.<sup>14</sup>

De acordo com esta concepção, observamos uma separação entre o acontecimento e o fato, objeto da apreciação histórica. Uma vez que o historiador estuda o passado e as transformações que nele se passaram, sua análise não poderia repousar sobre os fatos presentes e esta função seria a exercida pelo jornalista.

Antes o historiador selecionava os acontecimentos dentro de sua importância no espaço tempo para enquadrá-los na categoria de históricos. Com a tecnologia midiática, não cabe mais ao historiador promover esta primeira seleção. Quem define o que é o acontecimento é a mídia e o historiador já os recebe pré-selecionados. A mídia determina o que será digno de destaque e produz diariamente uma enorme quantidade de “acontecimentos”. Sua inserção é tamanha que atualmente o que ela não veicula simplesmente não existe porque não tem visibilidade, ninguém conhece.

De agora em diante, o acontecimento oferece-se a ele [historiador] do exterior, com toda a força de um dado, antes de sua elaboração, antes do trabalho do tempo. E mesmo com muito mais força na medida em que os media impõem imediatamente o vivido como história, e que o presente nos impõe em maior grau o vivido. Uma imensa proporção do imediato ao histórico e do vivido ao lendário opera-se no momento mesmo em que o historiador se encontra confuso

---

<sup>13</sup> Ibidem. p. 124

<sup>14</sup> COLLINGWOOD, R. G. *A imaginação histórica*. In: A idéia de história. Lisboa: Editorial Presença, 2001. p. 246.

nos seus hábitos, ameaçado nos seus poderes, confrontado com o que se aplicava, em outro lugar, a reduzir.<sup>15</sup>

Segundo Pierre Nora, a atualidade, como uma circulação generalizada da percepção histórica, culmina num fenômeno novo que é o acontecimento. Nenhuma época antes da nossa vivenciou seu presente como já possuído de um sentido histórico. A mídia, aqui, passa a ser a condição de existência dos acontecimentos, que são projetados, lançados na vida privada e oferecidos na forma de espetáculo, alimentando a fome do acontecimento, a fábrica permanente do novo. Assim, história contemporânea se viu despojada do acontecimento natural para ingressar no universo da informação fabricada: antes uma informação ideal era um fato da realidade, hoje a implosão informacional nos é imposta, os fatos novos são infiltrados em nosso cotidiano, muitas vezes, sem a possibilidade de reflexionarmos sobre eles.

Ao historiador moderno, portanto, cabe a função de esmiuçar o acontecimento e enxergá-lo a partir das variáveis que o compuseram. Suas significações precisam ser compreendidas a partir da elaboração que obedece a lógica do sistema empresarial midiático. A espetacularização da mídia possibilita uma identificação da massa com o acontecimento, a partir de uma apropriação deste sob o olhar individual. Esta situação pode, por vezes, tornar esfumado o limiar que separa o fato cotidiano do acontecimento.

(...) considerado globalmente, o sistema informativo dos *media* fabrica o ininteligível. Bombardeia-nos como um saber interrogativo, sem núcleo, sem sentido, que espera de nós seu sentido, nos frustra e nos satisfaz por sua vez com sua evidência enfadonha: se um reflexo de historiador não interviesse, isso seria, nas circunstâncias extremas, se apenas um ruído que confundiria a inteligibilidade de seu próprio discurso. Denominamos sempre em maior número acontecimentos, por angústia do tempo plano e uniforme das sociedades industriais, por necessidade de consumir o tempo como objeto, por medo do próprio acontecimento.<sup>16</sup>

É assim que o acontecimento se situa na atualidade. Antes, enquanto a história o dominava e tinha o poder de elevá-lo à categoria de fato histórico, ao conferir-lhe significação no passado (em relação ao presente), hoje esta valorização lhe fugiu. A fabricação em grande escala pela mídia de acontecimentos “importantes” já no presente, dotados invariavelmente de sentido histórico, criou uma nova dinâmica na tarefa dos historiadores. Hoje cabe a eles organizar o que já foi lançado na sociedade como história do presente. É neste sentido que Pierre Nora classifica

---

<sup>15</sup> NORA, op. cit. p. 183.

<sup>16</sup> Ibidem. pp. 186-187.

esta enxurrada informacional como ininteligível, pois que não é avaliada criticamente, mas consumida indistintamente pela massa, dominada pela fugacidade moderna do tempo. Cabe ainda ao historiador, organizar este conhecimento e classificá-lo, tornar inteligível.

## **2.4 A questão das fontes**

Podemos dizer que as fontes são a matéria-prima do historiador, que busca nelas as evidências e nuances referentes ao fato histórico que é objeto de sua pesquisa. A fonte pode ser um documento escrito, um objeto, ou, ainda, um testemunho, e são classificadas como primárias se forem o primeiro ponto de relato de um acontecimento, a primeira produção em cima dos fatos. As secundárias, logicamente, seriam aquelas produzidas acima de uma fonte primária.

O trato com as fontes exige cuidados especiais. Como é sabido, cada indivíduo tem uma percepção pessoal sobre os eventos vivenciados, que são limitados por uma ótica subjetiva sobre a qual estão implicados aspectos de sua vida pessoal além de uma categorização individual de prioridades. Ou seja, o que para um indivíduo pode alcançar importância ímpar, para outros, ou para uma sociedade em geral, pode possuir aspecto extremamente irrelevante. Desta forma, acreditar piamente que os relatos são o retrato fiel da realidade seria uma atitude um tanto quanto ingênua.

Ao observarmos o desenvolvimento do estudo da História e sua relação com as fontes ao longo do tempo, nos damos conta de que a utilização dos relatos orais foi colocada em suspeição a partir do século XVIII, quando a História adquiriu o status de ciência. Neste momento, as fontes orais deixaram de ser consideradas seguras para o historiador, pois que eram memórias, construídas a partir de subjetividades. Isto modificou a concepção de fonte, pois significou a fixação sobre o que deveria ou não ser utilizado como base da história. “Um estudo isento só poderia ser elaborado quando o historiador se distanciasse do seu objeto de pesquisa, abrindo mão de relatos parciais e cronologicamente próximos de eventos históricos”<sup>17</sup>.

Com a escola dos Annales, a diversificação do uso das fontes foi retomada e passou a englobar a iconografia, a literatura e os trabalhos artísticos. A percepção de várias temporalidades – curta, média e longa duração – também permitiu que a memória fosse

---

<sup>17</sup> VOGT, Carlos. *Memória é matéria prima do trabalho do historiador*. Revista eletrônica Com Ciência. Acesso em 27 de setembro de 2007. Disponível em: [www.comciencia.br/reportagens/memoria/04.shtml](http://www.comciencia.br/reportagens/memoria/04.shtml)

englobada como uma fonte legítima na medida em que significou uma superação da concepção positivista da História.

Neste sentido, o desafio do historiador contemporâneo passa a ser justamente o de enxergar além dos relatos que utiliza como base para a sua pesquisa. Sua compreensão deve considerar o aspecto social de uma testemunha e distinguir quais dados estão sendo negligenciados ou evidenciados a partir de uma escolha interessada. Conforme nos indica Clarisse Esperança, “a testemunha reivindica uma autoridade sobre o tempo social transcorrido. Seu depoimento reflete um desejo de transmitir, ou melhor, preservar a experiência em sua singularidade. Muito mais que compreender, a testemunha quer afirmar o que viveu”.<sup>18</sup> Ou seja, a testemunha infla seu relato de informações por vezes desinteressantes ao historiador, pois ela tende a relatar sua vivência do acontecimento em si.

Faz-se necessário destacar que esta característica não se limita apenas ao testemunho de indivíduos, podendo alcançar, inclusive, os relatos documentais. Toda fonte, neste sentido, é resultado de uma intervenção humana e passa, invariavelmente, por uma perspectivação do olhar. Por exemplo, sabe-se que no período medieval os monges procediam apenas ao registro eventos relacionados à igreja, nomeações políticas e situações de importância derivada de seus concepções eclesiásticas. Além disto, costumavam omitir o ano de ocorrência, como forma de perpetuar o tempo cíclico<sup>19</sup>. A razão conduz logicamente à interpretação de que houve informações omitidas, mas apesar das lacunas esta fonte não se torna obsoleta. O historiador tem a faculdade de buscar outros meios para enxergar nas entrelinhas. Para tal, ele precisa estar munido de senso crítico, imaginação histórica e de capacidade de observação orientada.

Quanto às “fontes” que classificamos de narrativas, igualmente sob a forma de textos, não redigidos por tabeliães, mas por escritores, e com um objetivo muito diferente, o de divertir, convencer, expor uma certa concepção do mundo, documentos menos lacônicos, mas também muito menos dignos de confiança, cujo autor, geralmente homem de boa-fé, dizendo o que julgava saber mais à sua maneira, deformando sem querer, na intenção de escrever bem, acentuando determinados fatos, passando ao largo de outros, não mente propriamente, mas às vezes fabula, mostrando-se de qualquer forma inevitavelmente prisioneiro,

---

<sup>18</sup> ESPERANÇA, Clarice Gontarski. *Testemunhas ou fontes: relações e desencontros entre jornalistas e historiadores*. Porto Alegre: Revista Em Questão, v. 12, n. 2, p. 235-251, jun/dez 2006. P. 237

<sup>19</sup> DUBY, Georges. *A história continua*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar / UFRJ, 1993.

senão de seus interesses, pelo menos de suas próprias fantasias – estes eram documentos com os quais eu não podia contar muito.<sup>20</sup>

Exemplificativamente, podemos observar que Duby se relaciona com estas fontes de maneira, por vezes, bastante descrente. E este posicionamento ainda hoje é adotado por boa parcela de historiadores ao se depararem com o jornal como fonte de pesquisa. No entanto, o descarte deste meio sob a justificativa de uma produção orientada é uma atitude incoerente. A partir do momento em que se dominam as variáveis, ou que se tem consciência delas, a interpretação da fonte conduz ao aproveitamento do conteúdo.

Voltando às testemunhas propriamente ditas, ressalte-se que elas não falam, necessariamente, em nome de uma versão, mas relatam o que acreditam ser a “verdade”. Assim, sua credibilidade depende do depósito de confiança por parte de seu interlocutor. “Esse pacto de boa-fé diz respeito também a uma liberdade de avaliação do interlocutor sobre as condições nas quais a experiência foi apreendida sobre a capacidade lógico-narrativa de quem conta”.<sup>21</sup> Inclusive, é a partir da capacidade de autorizar as fontes como verdadeiras que se torna possível conferir legitimidade ao discurso histórico e categorizá-lo também como verdadeiro. É imprescindível, assim, a crítica do testemunho como operação básica da análise historiográfica contemporânea.

A teoria do senso comum acerca da história a define como duas coisas essenciais: a memória e a autoridade das fontes. Deste modo a história consiste em acreditar em alguém quando este afirma que se recorda de alguma coisa. Aquele que acredita é o historiador; a pessoa que merece o crédito do historiador é sua fonte autorizada. É indispensável que outra pessoa aceite como verdadeira a exposição feita.<sup>22</sup>

Mais uma vez, vemos que a relação do historiador com a fonte é dialógica e que a crítica se apresenta como requisito fundamental. Os limites da investigação não são estabelecidos *a priori*, mas somente após a análise das fontes que, dentro de sua disposição, revelarão como será conduzida a interpretação histórica. Neste sentido, não cabe uma delimitação prévia a partir da natureza da fonte, esta limpeza inicial deve ser executada partindo do tema a ser estudado, de suas necessidades e projeções.

---

<sup>20</sup> Ibidem, p. 29.

<sup>21</sup> ESPERANÇA, p 239.

<sup>22</sup> COLLINGWOOD, op. cit. p. 247.



O discurso do historiador, conforme compreende Clarisse Esperança, estabelece um verdadeiro “pacto de verdade” com o leitor, criando um compromisso moral entre ambos. O mesmo ocorre com o discurso do jornalista, com a diferenciação de que o segundo ocupa a posição de “aval do testemunho”, pois que se apropria da autoridade moral daquele que presenciou o acontecimento ao promover, através de técnicas narrativas próprias, um ocultamento do narrador.

O historiador interpreta o texto jornalístico extraíndo dele dedutivamente o que é “real”. É a ele que cabe julgar a carga de veracidade da informação, decidindo se irá utilizá-la, rejeitá-la ou promover uma substituição e interpretação baseada em critérios próprios. Assim, a “verdade” não é simplesmente a afirmação das fontes, mas a interpretação destas. O historiador deve lembrar-se sempre de que toda fonte histórica está sob a influência direta de quem a produziu, sendo assim tendenciosa como o produto final de sua própria pesquisa. Não há produção de saber sem vínculo com o presente e com interesses, não existe a pesquisa histórica positivista como a idealizaram.

No âmbito do jornalismo o procedimento de tratamento com as fontes apresenta algumas semelhanças ao tratamento dado pelo historiador. A técnica da entrevista, por exemplo, encarna o elemento fundamental de interseção entre a investigação jornalística e a histórica. Observe-se, no entanto, que jornalismo e história não se confundem, mas o trabalho aprofundado do repórter, ampliando o leque de fontes, descobrindo documentos e inserindo o acontecimento numa racionalidade temporal, seria o marco de sua aproximação cada vez maior com o historiador “clássico”.

Ao contrário do historiador, que está veiculado essencialmente a uma discussão teórico-metodológica de crítica das fontes, o jornalista não passa por este filtro. A partir da própria entrevista, ele conforma imediatamente o relato da fonte a um estilo narrativo sem promover sobre ela uma crítica mais aprofundada. Ele faz apenas uma seleção daquilo considerado importante. Ele promove, ainda, um relato de múltiplas fontes que, geralmente, se apresentam em lados opostos de determinada questão. Entretanto, não apura deste embate o que é efetivamente a construção histórica. Para ele, tudo o que é apurado é verdadeiro e seu trabalho está “concluído”.

Esta percepção não pretende, de modo algum, diminuir o trabalho dos profissionais da comunicação. Pelo contrário, conforme nos elucida Nilson Lage, o instrumento

de trabalho do comunicador é justamente a linguagem, que vem simplificar os conteúdos científicos para a compreensão generalizada do público, democratizando a informação. “Seu fim determinado é o de comunicar”<sup>23</sup>.

O jornalista vê para contar e constrói sua narrativa em cima de uma área de imparcialidade e objetividade. Seu tempo de trabalho é o presente e seu impacto na sociedade é instantâneo. Já a história contemporânea encontra-se e invariavelmente relacionada a uma verdade construída sobre o tempo presente, mas relacionada ao passado. Portanto, sua eterna releitura pode resultar na construção de uma nova verdade. Além disso, o historiador, como sujeito de um determinado tempo, sofre influência de uma cultura, uma dinâmica social própria e, ainda, de uma academia, que explicitamente influenciam sua maneira de criticar os fatos.

Uma característica extremamente diferencial entre jornalistas e historiadores reside no fato de que o primeiro oculta seus procedimentos de crítica sobre o testemunho, apropriando-se de sua autoridade sobre o passado, mas tornando-o aparentemente transparente ao público. Esta “transferência” lhe confere legitimidade e autoridade no relato do vivido. Percebe-se então que Jornalismo e História têm lógicas diferentes de apropriação do testemunho e de seu valor.<sup>24</sup>

O repórter pesa cada informação passada pelas fontes e as confronta com outras, oriundas de outros informantes, pois, como sabemos, extrair das fontes informações que as prejudiquem é muito difícil. Por fim, avalia este resultado em função de seus próprios conhecimentos ou informações anteriores sobre o tema – e, assim, compõe um quadro informacional próprio.<sup>25</sup> Nesta operação, a checagem das informações obtidas é imprescindível a fim de evitar a publicação de inverdades. No entanto a velocidade e o curto tempo com que trabalham as redações nem sempre permitem essa confirmação exaustiva.

---

<sup>23</sup> LAGE, Nilson. *Sobre os incomunicáveis*. In: Comum 1. Rio de Janeiro: Faculdade de Comunicação e Turismo Hélio Alonso, 1978. p. 12.

<sup>24</sup> ESPERANÇA, op. cit. p. 247.

<sup>25</sup> ROSSI, Clóvis. *O que é jornalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985. 5ª. ed. p 51.

### **3 Jornalismo e Memória**

A análise das estruturas narrativas do jornalismo nos permite identificar características próprias da elaboração deste discurso, que busca a objetividade, imparcialidade na transmissão dos fatos. No entanto, esta operacionalização recebe influência de variáveis múltiplas que implicam na concepção de resultado tão estanque e provocam transformações nos modelos tradicionais de jornalismo. Apesar da credibilidade e legitimidade de que usufruem os jornais, cada vez mais se tem consciência de que sua narrativa é uma versão da realidade.

Simultaneamente, os jornais operam com a construção de sentido histórico na pretensão de reforçar uma aura de reprodutor fiel da realidade. Para isso aproximam-se da disciplina da História apropriando-se de sua imagem e passando a conduzir a memória social contemporânea.

#### **3.1 O conceito de Jornalismo**

Sinteticamente podemos definir jornalismo como o ofício de narrar os fatos do cotidiano com o objetivo de sua transmissão a um público heterogêneo e numeroso. Este trabalho implica a atividade de apuração, compreensão e organização factuais e, posteriormente, a elaboração de um texto claro, preciso e verdadeiro. Portanto, o jornal, produto final da atividade jornalística, consiste em um meio intermediário entre o fato propriamente dito e o leitor. Ressalte-se, no entanto, que tais características correspondem ao jornalismo tradicionalmente concebido, uma vez que a atividade hoje não apresenta apenas factuais, mas também análises e interpretações.

Outras definições deste naipe podem ser encontradas livremente em diversas fontes. A enciclopédia virtual Wikipédia define jornalismo como:

a atividade profissional que consiste em lidar com notícias, dados factuais e divulgação de informações. Também se define o Jornalismo como a prática de coletar, redigir, editar e publicar informações sobre eventos atuais. Jornalismo é uma atividade de Comunicação.<sup>26</sup>

---

<sup>26</sup> WIKIPÉDIA. *Jornalismo*. Acesso em 27 de setembro de 2007. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Jornalismo>.

Podemos classificar as conceituações acima como diretas e simplistas, pois se baseiam meramente em concepções práticas da natureza profissional, sem ingressar na complexidade de sua função, tanto social, quanto política, econômica e informacional. Já Enciclopédia Larousse Cultural, por sua vez, revela pontos de importante reflexão ao definir de jornalismo como:

O conjunto das atividades que se referem à redação de um jornal ou qualquer outro órgão de imprensa (coleta, seleção, **adequação da informação**); **modo de escrever, de apresentar os acontecimentos, próprio do jornalista.**<sup>27</sup>

Deste extrato podemos observar conceitos-chave que nem sempre são levados em consideração pelo leitor ordinário. Em primeiro lugar, o jornalismo consiste em um “modo de escrever” pré-formatado por uma academia, por um código profissional, pelos manuais de redação utilizados pelos veículos de mídia. Este modo de escrever é orientado por regras de redação que instituíram o uso da terceira pessoa, a forma textual piramidal, a estrutura do *lead* e suas 6 perguntas de resposta obrigatória (o que, quando, onde, quem, por quê e como), além de outros aspectos, com o intuito de atingir a objetividade e imparcialidade amplamente enunciadas. Mais uma vez, entretanto, cumpre ressaltar que essas regras são válidas para os gêneros jornalísticos mais noticiosos, assumindo certa flexibilidade na atualidade.

Em segundo lugar, o jornalismo consiste em uma “adequação da informação” não somente em relação a suas características estruturais e teóricas, mas também no que diz respeito à conveniência editorial de determinado meio de comunicação. Neste sentido, compreende-se que a notícia, como resultado de uma adequação da informação, ajusta-se para um fim desejado e pré-determinado, ou seja, o fato narrado poderá se dispor a partir de diversas óticas de acordo com o interesse nele implicado.

Partindo desta percepção mais ampla, Clóvis Rossi promoveu uma definição apaixonada do instituto como “uma fascinante batalha pela conquista das mentes e corações de seus alvos: leitores, telespectadores ou ouvintes”. Segundo ele, o jornalismo é “uma batalha geralmente sutil e que usa uma arma de aparência extremamente inofensiva; a palavra, acrescida, no caso da televisão, das imagens”<sup>28</sup>. Apesar do tom poético empregado em sua conceituação,

---

<sup>27</sup> ENCICLOPÉDIA Larousse Cultural. São Paulo: Editora Universo, 1990. Vol 6. p 1863.

<sup>28</sup> ROSSI, op.cit. p. 9.

Rossi apresenta características muito mais próximas da realidade e revela a disputa que se estabelece dentro dos meios de comunicação e fora deles pela elaboração da notícia.

Neste sentido, a jornalista Sônia Aguilar reflexiona:

A verdade jornalística e seu poder estão justamente na capacidade e na possibilidade de desvendar mecanismos e instâncias em que os enunciados são qualificados como verdadeiros ou falsos. Ao contrário do que reza a tradição e determinam as técnicas, o grande desafio hoje, para jornalistas e jornais, está na interpretação dos fatos e opiniões, e não no mero relato.<sup>29</sup>

Coadunando com a definição de Rossi, Sônia Aguilar compreende o jornalismo como uma luta de forças entre os diversos veículos pela conquista do leitor e sua fidelidade. Dessa forma, o jornalista precisa “vender seu peixe” da melhor maneira possível, de modo a tornar a sua versão dos fatos a mais verídica para o público e, assim, angariar uma fatia maior do mercado. Seu discurso precisa “ganhar” na disputa entre o ponto de vista verdadeiro e o falso.

Como sabemos, a mídia ocupa um papel decisivo na sociedade, pois tem a capacidade de direcionar a atenção, fixar e hierarquizar os temas que serão discutidos, oferecendo assim ao público um mapa de prioridades e relevâncias sociais. Além de transmissora de informações factuais, ela é formadora de opiniões e impulsionadora de massas. Seu alcance atinge valores bastante expressivos em todo o mundo. Só no Brasil, por exemplo, existem atualmente 535 jornais impressos, com circulação de 7 milhões de exemplares diários; 420 emissoras de tevê e 8 mil repetidoras; 4 mil emissoras de rádio, 32 milhões de pessoas com acesso à internet e 72% dos domicílios com telefone.<sup>30</sup> Sua capacidade de articulação política, sua penetração na sociedade, seu alcance significativo da população são características de extrema relevância e que exercem influência direta na disputa de poder. Dentro desta realidade, é possível compreender que a elaboração dos jornais esteja intimamente relacionada a uma percepção de interesses oriundos de várias esferas da sociedade.

Há de se observar, no entanto, que o poder da mídia advém em grande parte de três características inerentes a ela: autoridade, legitimidade e memória. Esta qualificação, adquirida por intermédio de uma construção discursiva própria para alcance da “verdade”, lhe

---

<sup>29</sup> LOPES, Sônia Aguilar. *Sobre o discurso jornalístico: verdade, legitimidade e identidade*. Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado ECO/UFRJ, 1990. p. 31.

<sup>30</sup> MOTTA, Luiz Gonzaga. *A mídia e os problemas da cobertura social no Brasil: as estratégias narrativas do jornalismo, os jogos de linguagem e os efeitos de sentido*. Palestra proferida dia 26/03/2007. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2007.

confere grande credibilidade, além de se constituir em um fator de fortalecimento e, de certa forma, imutabilidade desta imagem.

O discurso jornalístico apóia-se em normas técnicas e sustenta-se pela concepção do jornalista como reprodutor fiel da realidade, idéia cristalizada pela evolução histórica da profissão que, com o passar dos anos, minimizou as manifestações subjetivas na construção da mensagem jornalística, vetando manifestações sentimentais, posicionamentos políticos ou informações pessoais.

Estas mudanças mais significativas no estilo de redação tiveram início no século XIX nos Estados Unidos, quando os grandes conglomerados jornalísticos se fortaleciam concomitantes à idéia do jornalismo informativo.<sup>31</sup> Neste período os ideais de objetividade e neutralidade se sedimentaram e, como forma de sistematizar uma cobertura jornalística orientada por esses parâmetros, criou-se os Manuais de Redação, que também foram utilizados no Brasil.

A idéia de transmissão inequívoca de verdades imparciais passou a integrar todo o discurso jornalístico a partir deste momento. Partindo do princípio de que a função do jornalista seria isenta de subjetivismos e que ele relataria os fatos concretos com fidelidade, a atividade foi ganhando legitimidade ao mesmo tempo em que se constituía como uma autoridade em transmissão de informações verídicas.

A legitimação dos enunciados e enunciadore, em jornalismo, resulta do consenso fundamentado por um conjunto de normas de procedimentos valorativos. Estes, por sua vez, estão calcados tanto em racionalizações éticas individuais quanto no relacionamento da sociedade com sua esfera pública.<sup>32</sup>

Assim, podemos dizer que além de o próprio “corpo produtor” do jornalismo ter se instrumentalizado para a construção de discursos objetivos e isentos, também os leitores “compraram” esse produto e o reproduziram. Neste sentido, os meios de comunicação se constituem como a única via para o amplo acesso da população a informações reais referentes à administração pública, governos, entre outros, que antes só apareciam mascaradas pelo caráter oficial da divulgação.

---

<sup>31</sup> RIBEIRO, op. cit. p. 24.

<sup>32</sup> LOPES, op. cit. p. 29.

Esta aceitação consensual da sociedade, conforme nos explica Barbie Zelizer<sup>33</sup>, é resultado do fortalecimento do discurso jornalístico como uma autoridade cultural. Segundo a pesquisadora, a autoridade jornalística é viabilizada pela habilidade dos jornalistas em se autopromoverem como falas autorizadas sobre os eventos da vida real. Esta construção é reforçada pelo acesso facilitado do jornalista às instituições, à informação e às novas tecnologias. O jornalista se transforma em uma autoridade cultural e assim é reconhecido, consagrando o direito de apresentar verdades autoritárias sobre o mundo, de acordo com sua construção preferencial.

A autoridade jornalística tem sido considerada influente junto ao público, a agentes organizacionais e mesmo entre os mais variados meios socioculturais. Há uma primeira interpretação que entende a autoridade jornalística como uma correlação entre “o que os jornalistas dizem” e “no que o público acredita”; assim a autoridade jornalística - ou a credibilidade - torna-se um produto da confiança que ela passa ao público. A segunda interpretação, que é majoritária nos estudos organizacionais, diz respeito à autoridade jornalística como um conjunto de estratégias através das quais os participantes competem por poder dentro novas organizações. Proveniente do estudo clássico de Warren Breed sobre o controle social na sala de notícias, essa corrente vê os jornalistas comprometidos em comportamentos estratégicos para obter poder sobre outros – administrando tempo, impondo modelos previsíveis para organizar recursos, diminuindo conflitos interpessoais, organizando a rotina ou se engajando em comportamentos propositais. A interpretação final entende a autoridade jornalística como uma construção social para referir-se a questões sociais de poder e dominação. A autoridade é vista como uma marca de poder atrás da construção de notícias, e a ênfase está na agregação de política externa e questões econômicas ao novo discurso. Cada visão depende de noções de linearidade, influência, e efeito na conceituação da autoridade jornalística.<sup>34</sup>

Assim, verifica-se que a objetividade e imparcialidade são, necessariamente, mitos da aplicação teórica jornalística. Conforme enuncia José Francisco Braga, “discurso

---

<sup>33</sup> ZELIZER, Barbie. *Covering the body: the Kennedy assassination, the media and the shaping of collective memory*. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

<sup>34</sup> Ibidem. p. 6. Tradução de Vanessa Florentino Marcondes dos Reis. “Journalistic authority has been alternately seen as an effect on audiences, on organizational actors, or on a wide-ranging sociocultural systems. The first view conceptualizes journalistic authority as a one-on-one correlation between “what journalists say” and “what audiences believe”, with journalistic authority – or “credibility”- becoming a function of the belief it induces in audiences. The second view, which dominates in organizational studies, regards journalistic authority as a set of strategies by which participants compete for power within new organizations. Derived from Warren Breed’s classic study of social control in the newsroom, it sees journalists engaged in strategic behavior to gain power over others – managing time, imposing predictable frames for organizing resources, mitigating interpersonal conflict, routinizing or engaging in purposive behavior. The final view regards journalistic authority as a social construction in order to address larger sociocultural questions of power and domination. Authority is taken as a marker for the power behind the construction of news, and emphasis is on the cooptation of external political or economic issues of power within news discourse. Each view relies on notions of linearity, influence, and effect in conceptualizing journalistic authority”

jornalístico não é “a verdade”, como se auto-referenciam os jornais, mas um ponto de vista singular sobre o acontecimento, gerado pelo sistema informativo da mídia”.<sup>35</sup> Ou seja, a narrativa jornalística está invariavelmente inflada de subjetividades que podem ir desde o olhar particular do profissional em face ao fato coberto até intervenções provenientes de seu meio profissional. Além disso, é preciso observar que o discurso jornalístico desde seu primeiro momento é derivado de outros, o que significa que está sempre relatando versões sobre acontecimentos.

As relações de poder que influenciam a redação de uma matéria existem em muitas esferas. A primeira, e talvez mais importante, seja a relação do veículo de mídia com segmentos de poder e influência da sociedade, reflexo dos interesses políticos e econômicos das classes dominantes. Além disso, o jornal, como uma empresa, ao mesmo tempo em que dialoga com agentes externos, possui interesses próprios que procurará alcançar. Assim, a segunda esfera de poder seria o da própria empresa jornalística na relação com seu ambiente interno. A empresa dirigirá os assuntos que veicula em seus periódicos de acordo com sua prévia disposição e interesse, ou o interesse daqueles com os quais se relaciona.

Neste momento o profissional do jornalismo se depara com a esfera de poder existente dentro das redações, que se substancia na competitividade entre profissionais, dinamizada muitas vezes pela insegurança do mercado de trabalho. Além do público consumidor geral, os jornalistas escrevem para seus colegas de trabalho, seu editores, outros editores e, inclusive, para suas fontes. Não é necessário esmiuçar mais profundamente a operacionalização destas relações internas de poder: compreende-se que o jornalista, já ao digitar as primeiras palavras de seu texto, pretende agradar um público extenso, desagradar a outros e, inclusive, agradar a si próprio e se beneficiar moral e profissionalmente do trabalho que executa.

Em meio a esta teia de variáveis, que caracteriza uma verdadeira disputa pela administração da notícia, se torna difícil definir onde se encontra a verdade e, até mesmo, se existe efetivamente alguma. O conceito de verdade, então, torna-se multifacetado e passa a significar “a verdade de acordo com determinado ponto de vista”.

Segundo Foucault, poder e verdade estão sempre entrelaçados. Para ele, não há verdade fora ou sem o poder; pelo contrário, ela é produzida no poder e, nele, produz efeitos regulamentados de poder.

---

<sup>35</sup> BRAGA, José Francisco. *A produção da notícia e a construção do acontecimento no jornalismo*. Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado ECO/UFRJ, 2006. p. 27.



Foucault entende por verdades o conjunto de procedimentos regulados para produção, repartição, circulação e funcionamento de enunciados. A verdade está circularmente ligada a sistemas de poder que a produzem e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem. Dessa forma, pode-se entender como sistema (ou regime) de produção de verdade os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros, as técnicas e procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade, o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.<sup>36</sup>

De fato, não existe uma verdade propriamente dita sobre qualquer assunto, mas múltiplas verdades construídas a partir de percepções variadas da realidade ou, ainda, a partir de valorizações ímpares relativas a um mesmo fato. Estas valorizações por sua vez, são fruto de uma realidade seletiva, construída através dos olhos dos profissionais do campo jornalístico. São diversos os agentes que atuam nesta seleção, que vão desde o editor do veículo de mídia, passando pelos interesses políticos e econômicos envolvidos na questão, pela cumplicidade existente entre o jornalista e sua fonte e, até mesmo, pela percepção pessoal e relacionamento do profissional com o assunto em foco.

Em sua obra “A Ordem do Discurso”, Foucault enuncia os procedimentos da construção de um discurso com aura de verdade e, dentre estes, aponta como mais importante a oposição entre o *falso* e o *verdadeiro*. Se observarmos do interior dos discursos, talvez não seja possível enxergar grandes distinções, mas se estamos em um universo que se vê repleto de discursos distintos e até mesmo contraditórios, é imperativo analisar o que Foucault chama de “vontade de verdade”, que seria como uma separação historicamente desenvolvida no intuito de querer alcançar o verdadeiro e adotando, para isso, métodos de filtragem dos discursos.<sup>37</sup>

E é esta a realidade do jornalismo. São vários veículos abordando os mesmos fatos sob óticas diferentes, defendendo posições antagônicas e transformando a realidade de acordo com interesses divergentes. Podemos dizer, ainda de acordo com o pensamento de Foucault, que não importa a atmosfera criada pelo enunciador, pois esta não é mais capaz de atribuir veracidade real ao enunciado. É a coercibilidade do próprio enunciado que fará a diferença real. Com o passar do tempo, a “vontade de verdade” foi tornando necessária a criação de estudos aprofundados em todas as matérias, de modo que os discursos pudessem gozar de um

---

<sup>36</sup> SEIFERT, Priscila Leal. *Cadernos de comunicação 4 - Jornalismo, justiça e verdade*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade (Série Estudos), 2001. p. 21

<sup>37</sup> FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 1996. p.15.

embasamento científico, deixar de lado sua arbitrariedade, que os conduzia ao terreno do falso. Cada matéria passou a ter, então, sua própria teoria.

O jornalismo, por sua vez, descortinou uma teoria da objetividade que o habilitava na abordagem de qualquer assunto. Seus técnicos, então, passaram a ser considerados enunciadores do que é real e circundados por uma aura de factualidade e verdade. Sua fala passou a ser autorizada pelo público leitor e assumida como verdade por sua simples composição. Assim como os imperadores da Antigüidade que por serem considerados seres divinizados não precisavam obedecer nenhuma teoria, nenhum estudo específico em seus discursos, não importa qual o assunto tratado pelos jornalistas, este sempre será considerado verdade.

A crítica a este comportamento adquire nuances das mais diversificadas entre o meio intelectual. O jornalista Altamiro Borges em artigo intitulado “A luta contra o latifúndio da mídia” comenta que enquanto no passado a mídia como “quarto poder” tinha o papel de fiscalizadora dos poderes constituídos, com o tempo passou a coadunar com estes, perdendo sua aura romântica.

A mídia contemporânea manipula mentes, uniformiza pensamentos e condiciona comportamentos. Isto é feito de forma sutil, requintada – através de meias verdades, notícias fora do contexto, fatos sem vínculo com o passado, flashes instantâneos, aparência encobrindo a essência. Além disso, diferente do passado, a mídia está incorporada ao mundo do capital. “As corporações da mídia projetam-se, a um só tempo, como agentes discursivos, com uma proposta de coesão ideológica em torno da ordem global, e como agentes econômicos presentes nos hemisférios”, argumenta Dênis de Moraes, doutor em comunicação e cultura.<sup>38</sup>

Apesar das resistências múltiplas, é inegável hoje a importância das mídias jornalísticas como difusoras de informações na sociedade.

### **3.2 A questão da memória**

A memória, conforme define o dicionário, é a faculdade de reter as idéias, impressões e conhecimentos adquiridos anteriormente. Todas as pessoas são dotadas de uma memória individual, que pode referir-se a lembranças de sua vida particular ou recordações passadas acerca de algum acontecimento político, econômico ou social por ela presenciado. Esta

---

<sup>38</sup> GUIMARÃES, Carlos. A luta contra o latifúndio da mídia. Disponível em: <http://br.geocities.com/carlos.guimaraes/midiapower.htm>. Acesso em 27 de setembro de 2007.

memória, porém, não se constitui apenas pelas situações vivenciadas, mas coexiste com lembranças transmitidas de geração em geração ou, ainda, adquiridas através da divulgação midiática.

A multiplicação de memórias nas sociedades contemporâneas, impulsionada principalmente pela mídia, transforma as impressões individuais em um contexto coletivo, viabilizando a sedimentação de uma memória social ampla e descritiva de uma época ou sociedade.

Atualmente a concepção histórica de memória vai além deste registro ao contemplar mais que a lembrança dos fatos passados, mas “a construção de referenciais sobre o passado e o presente de diferentes grupos sociais, ancorados nas tradições e intimamente associados a mudanças culturais”<sup>39</sup>. Neste sentido, podemos nos indagar: como considerar a memória para a construção de uma interpretação histórica?

Segundo Pierre Nora, a memória coletiva estaria subdividida em duas esferas: a **memória oficial**, que seleciona e organiza fatos segundo certos critérios; e a **memória subterrânea**, que consiste em lembranças proibidas ou não reconhecidas pela visão dominante. A primeira foi tradicionalmente elaborada pela História que “consistia no principal discurso semantizador das ações e das transformações da realidade social”<sup>40</sup>. Enquanto esta memória encontrava-se invariavelmente relacionada ao um discurso de poder, a memória subterrânea sobrevivia em um discurso menor, orientado pelas percepções autônomas da realidade impetradas pela sociedade.

Este quadro começou a se transformar com o surgimento das novas tecnologias a partir do final do século XX que impulsionaram significativamente a velocidade de reprodução dos fatos jornalísticos e a produção de realidades instantâneas. Neste momento, iniciou-se uma nova era tanto para o jornalismo quanto para a História. A emergência da informação se tornou primordial em um mundo no qual as novas tecnologias da informação se aprimoram a cada instante.

No princípio era o rádio, o gravador e mídia impressa. Logo a eles se juntaram a televisão, o cinema, internet, telefones celulares, iPods, pen-drives, computadores remotos, laptops, transmissão via satélite. E todas essas tecnologias tomaram o mundo de assalto em uma

---

<sup>39</sup> VOGT, op.cit.

<sup>40</sup> NORA, Pierre. Apud: RIBEIRO, op. cit. p. 23.

velocidade bastante expressiva. Não apenas convivemos com a comunicação, mas dependemos dela. Ela está em todos os lugares, em todas as atividades sociais humanas e modernas e envolve nossa própria existência. Que indivíduo ocidental, habitante de uma grande cidade, vive hoje sem um telefone celular? Muitas pessoas, inclusive, não se contentam mais com um só. A não inserção na corrida tecnológica e informacional passa a atuar como fator de exclusão social e impede indivíduos o ingresso em determinados meios.

Dentro deste quadro, operou-se paralelamente uma transformação cultural nas sociedades. A percepção do tempo e do espaço modificou-se e já não obedece a lógica adotada na década de 1990. Imagine então se observarmos os anos 1970 ou 1950? Hoje a realidade transforma-se a cada instante: são novas informações apresentadas ao mundo todo a cada segundo através dessas novas tecnologias. São ambientes virtuais de relacionamento substituindo o trato presencial, antes intransponível. Para se adaptar à nova lógica das sociedades modernas, o passado e a memória também precisaram ser realocados como forma de acompanhar as necessidades contemporâneas. Assim, passam a residir em novos lugares que não apenas a História.

Os meios de comunicação, através de seu discurso “organizador”, “objetivo” e “verdadeiro”, passa então a dividir este espaço com a História. A partir deste momento eles irão operacionalizar o registro dos acontecimentos e a categorização daqueles considerados importantes. Irão elevar sua narrativa a um testemunho histórico e, de uma vez por todas, interseccionar as duas atividades. A memória social passa a ser ditada pela mídia e o que não for noticiado caíra no limbo da não-existência.

Os meios de comunicação neste século passaram a ocupar uma posição institucional que lhes confere o direito de produzir enunciados em relação à realidade social aceitos pelo consenso da sociedade como verdadeiros. A história passou a ser aquilo que aparece nos meios de comunicação de massa. São eles que detém o poder de elevar os acontecimentos à condição de históricos.<sup>41</sup>

O tratamento dado pelo jornalismo na construção da realidade social e das memórias coletivas, portanto, passa a ser de extrema importância. O impacto do texto jornalístico

---

<sup>41</sup> Ibidem, p. 23.

na sociedade atual lhe confere um poder ímpar de transformação da percepção coletiva e de seu posicionamento em relação a um fato. A seleção, a repetição e orientação dos fatos noticiados passará a conduzir a construção da memória social e a percepção dos indivíduos sobre ela.

### 3.3 A operação jornalística

É fato que o processo de produção da memória pressupõe uma seleção ou enquadramento, quer seja operada pela História – quem tradicionalmente a produzia –, quer pelos indivíduos ou pela mídia. O jornal, pelo menos a princípio, não tem compromisso direto com a memória oficial e se posiciona como um instrumento inclinado a dar voz a múltiplos sujeitos, propiciando a divulgação dos dois tipos de memória coletiva. Não obstante, ele também se constrói a partir de uma seleção e de um método discursivo.

Assim, cabe indagar como se dá o uso dessa memória pelo jornalismo? De que maneira ele se apropria dessas informações para abordar as situações presentes? Conforme já dito anteriormente, o objeto do jornalismo é o fato, mas não qualquer fato, mas o fato novo. A perspectiva do tempo presente é essencial na construção de sua narrativa e a urgência do agora, da notícia fresca, do fato recém acontecido é vital na sua composição. Ao mesmo tempo, ele se coloca na função de arquivista, documentarista e, então, a construção da memória passa a coexistir com a urgência do presente.

O lugar de memória representado pelo jornalismo não é exatamente o mesmo daquele ocupado pela História. Nela opera-se uma acumulação de testemunhos, objetos, documentos – fontes múltiplas – cuja observação e questionamento científico irão resultar em estudos sobre uma determinada época, que estabelecem estreita ligação com a busca de uma identidade. Já no Jornalismo, embora o registro e a documentação sejam fatores importantes, sua emergência como lugar de memória não reside apenas nesta tarefa, mas em uma série de ferramentas estruturais, discursivas e psicológicas que o permite alcançar este patamar.

Conforme subdivide Bruno Leal Pastor<sup>42</sup>, o jornalismo promove duas operações essenciais para a sua edificação como lugar de memória. A primeira delas seria a *presentificação*, caracterizada pela problematização no presente dos fatos passados ou históricos, conferindo-lhes um aspecto de atualidade. A segunda seria a *historicização* dos acontecimentos presentes, um

---

<sup>42</sup> CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. *A percepção do tempo através do jornalismo contemporâneo – A valorização do presente e a demanda de memória no jornal O Globo*. Rio de Janeiro: Monografia ECO/UFRJ, 2006.

processo inverso à presentificação, que classifica como passado os fatos recentes, elevando-os à categoria de históricos.

Por que o jornalismo se interessa por este resgate? Para Bruno, ao resgatar o passado, o jornalismo permite um relacionamento melhor com traumas que enfrentamos hoje, oriundos das estruturas sociais rompidas ao longo dos anos. A meu ver, no entanto, o interesse do jornalismo neste resgate assume ainda outras nuances.

Primeiramente é preciso observar que o passado não é atualizado, mas sim os discursos sobre ele. Assim podemos dizer que, de certa forma, os processos acima enunciados podem caracterizar um recurso estilístico do jornalismo, ao ilustrar de forma moderna e acessível ao grande público um material antes limitado ao universo dos historiadores. A linguagem simples e direta contribui significativamente para isso. Além de refletir anseios e angústias da sociedade, o que é incontestável, os jornais precisam abordar fatos passados a fim de contextualizar suas notícias e o resgate do passado então não necessariamente estará relacionado a esta esfera sentimental.

Não obstante, a operação jornalística reveste-se a todo instante de uma aura de realidade como ferramenta para legitimar seu discurso e isso se realiza através de várias ferramentas, como já abordado neste trabalho. O embasamento histórico de reportagens contribui grandiosamente para esta legitimação uma vez que a História é compreendida pela sociedade como um conhecimento concreto e verdadeiro sobre uma realidade ou um tempo passado. É importante observar, neste sentido, a necessidade intrínseca do jornalismo de trabalhar constantemente com esses artifícios de auto-afirmação com o intuito de sustentar-se como uma fala autorizada a respeito do passado, do presente e da história.

Mas, claramente, a reiteração do passado não assume apenas uma função estilística nos meios de comunicação e seu uso pelos veículos de comunicação pode operar construções de pensamento e comportamento bastante significativos. Segundo Ana Paula Goulart, toda memória pressupõe uma política da memória, que pode estar voltada para o esquecimento, o silenciamento, a publicidade ou, ainda, um enquadramento específico. Assim, a presentificação e a historicização podem atuar como uma “memória mitificadora” que legitime as estruturas de poder; ou, ainda, como uma “memória desmistificadora”, que procure subverter essas estruturas, lutando contra as memórias dominantes.

Estas interferências resultam em influência tanto nas esferas individuais como coletivas, podendo reforçar estados psicológicos neuróticos na população e, assim, assinalar uma inclinação ou movimentação das massas para determinado fim. São, portanto, uma intervenção nas mentalidades e na cultura e podem agir como um instrumento de manipulação e controle. Neste aspecto, a espetacularização promovida pelas mídias também precisa ser considerada. Conforme nos ilustra Andreas Huyssen<sup>43</sup>, atualmente ocorre o que podemos chamar de um processo de globalização da memória, viabilizado pela revolução midiática iniciada na década passada. Assim quando o jornalismo espetaculariza os fatos, ele promove uma operação semelhante com a memória na medida em que ele é agora seu patrono. Esta operação, por sua vez, age como potencializadora dos resultados no inconsciente.

É imprescindível não se distanciar da crítica à informação produzida pelas mídias. Os jornais registram, documentam e transmitem sempre sobre determinado ponto de vista. É de sua natureza, tendo em vista os agentes que elaboram a notícia, um certo aspecto ficcional. O seu repousar sobre fatos reais não está diretamente relacionado com uma exposição verídica uma vez que o discurso adotado invariavelmente implica numa construção interpretativa.

Retornando à questão de evocação do passado, Bruno Leal aponta para a historicização como um processo oriundo do medo do esquecimento existente hoje nas sociedades. Segundo ele, a transformação dos acontecimentos presentes em lugar de memória protege seu esquecimento pelo tempo. Esta constatação se faz pertinente, sobretudo, pela enxurrada informacional à qual somos submetidos diariamente na atualidade. A quantidade é tamanha que uma boa parte das informações que nos chegam hoje não são armazenadas, mas descartadas, gerando um hábito de renovação informacional constante.

A historicização jornalística é um procedimento que aposta na história como uma forma de fortalecer o discurso de memória. Quando faz de um evento do presente, um fato histórico, o discurso jornalístico forja uma memória. Temos, portanto, excesso de memória e de história, pois ambos são tomados como um mesmo ato: lembrar, proteger, eternizar.<sup>44</sup>

---

<sup>43</sup> HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória – arquitetura, monumento, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004. Apud: CARVALHO, op. cit.

<sup>44</sup> CARVALHO, p.81.

#### **4 O jornal como fonte histórica**

Após passarmos por uma estruturação teórica acerca da metodologia da história e do jornalismo, é chegado o momento de analisar estas estruturas em sua aplicabilidade. Inúmeras são as possibilidades de avaliação e interpretação destes modelos, no entanto, devido à inviabilidade de abrangência de todo este conteúdo em suas manifestações, limitamo-nos à observação de uma pequena amostra.

Veremos, portanto, como os jornais apropriam-se do sentido de história e como as pesquisas acadêmico-científicas da História utilizam este resultado. A interdisciplinaridade aparece como elemento necessário entre as duas matérias, ampliando as possibilidades de produção de conhecimento.

##### **4.1 A História nos jornais**

“O processo de estruturação da memória pela mídia está relacionado com a construção de um passado, que serve como referência comum para a coletividade”<sup>45</sup>. Sabemos que os jornais têm por objetivo o retrato das notícias cotidianas, dos fatos no momento de seu acontecimento, do furo jornalístico. Nesta perspectiva, efetua-se um relato do tempo presente, do hoje, do agora, e o passado é negligenciado por não ser notícia, novidade. Não obstante, esta máxima não se aplica em todo o conteúdo jornalístico. Pelo contrário, como vimos, os jornais também executam uma construção do passado e da memória, uma vez que estes conferem legitimidade aos seus discursos, além de serem necessários muitas vezes para a compreensão dos leitores acerca dos fatos presentes.

É comum observar em jornais linhas do tempo e boxes com explicações mais aprofundadas sobre o fato noticioso ou com retrospectivas dos acontecimentos que têm implicação na notícia de hoje. Estes artifícios são fundamentais principalmente tendo em vista que a velocidade da produção de notícias hoje é tão grande que já não é mais possível reter a informação por muito tempo e boa parte cai no esquecimento. Observe-se que esta representação do passado busca sempre uma forma de mantê-lo atualizado, de modo que sua abordagem se caracterize como necessária, tendo em vista sua repercussão no tempo presente.

---

<sup>45</sup> RIBEIRO, p. 126.



O processo de construção do passado, no entanto, não se encerra aí. Os jornais trabalham com outras estruturas de atualização do passado e historicização do presente. Assim, o diálogo com o passado é freqüente e se manifesta em desde questões de construção discursiva de sentido até na própria divisão dos jornais em cadernos, editorias, fascículos e publicações especiais. Ademais, periodicamente são lançadas coletâneas de antigas reportagens sobre temas de importância na sociedade, encartes com análises ou conteúdos científicos, séries de cadernos que buscam lembrar fatos históricos. Também são ganchos para resgate do passado, as retrospectivas nos finais de ano, cadernos especiais para a comemoração de datas como aniversário das cidades ou da morte de uma celebridade.

Um bom exemplo destas iniciativas é a publicação pelo Jornal do Brasil, quando da virada do século XXI, de uma série intitulada “Jornal do Século”, que buscou produzir um apanhado dos principais eventos do século que terminava. Para isso reuniu reportagens, as seccionou por décadas e publicou a coletânea no mesmo formato do jornal diário, tanto no suporte, quanto na linguagem e na representação temporal, que tratava dos acontecimentos no tempo presente. Objetivava-se, então, promover ao mesmo tempo uma viagem ao passado sem o distanciamento do presente.

Podemos observar estes aspectos a partir dos extratos abaixo que apresentam uma linguagem objetiva e fazem referência a um acontecimento recente, em forma de notícia. Além disso, se tomamos esta publicação em mãos, em sua forma concreta (imagem 1), vemos que o tamanho se iguala ao então utilizado pelo jornal, a diagramação também repete a atual e toda a aparelhagem constitutiva do encarte remete a um diálogo com o presente.

01/04 – João Goulart não é mais presidente do Brasil. A guarnição do Exército em Juiz de fora (MG), sob o comando dos generais Olímpio Mourão Filho e Carlos Luís Guedes, rebelou-se contra o governo federal, na madrugada de ontem, e começou a marchar em relação ao Rio de Janeiro.

24/12 – As tropas americanas e vietcongs suspenderam a Guerra do Vietnã por 30 horas, a partir das 8h, para que a população das grandes cidades, como Saigon e Hanói, possa visitar parentes e amigos neste Natal. A trégua entre as tropas americanas e sul-vietnamitas (...) foi bem-vinda, mas as 30 horas não serão suficientes para apagar as marcas de sangue dos combates que se desenrolam desde o início do ano.



Imagem 1: “Jornal do Século” – Jornal do Brasil (2000)

O jornal O Globo, por sua vez, lançou nesta mesma época uma série de publicações em cadernos, também separados por décadas, os quais continham uma seleção de acontecimentos históricos, não necessariamente em forma de reportagens, mas corroborando sua capacidade de documentar a memória da sociedade e oferecer ao público um material isento e completo.

Usufruindo de uma estratégia um pouco diferente da adotada pelo Jornal do Brasil, O Globo parecia querer produzir um grande resumo da história em forma de apostilas. Ao invés de utilizar o formato da notícia, ele se aproveitou alguns de seus elementos – como a objetividade e imparcialidade – e, alicerçado por sua autoridade cultural, tratou de reescrever a

história em um formato mais próximo ao discurso didático. Vejamos o extrato abaixo, que reúne estes elementos (Imagem 2):

O regime comunista vitorioso da revolução popular chefiada por Mao-Tsé Tung, em 1949, condescendeu por 10 anos com a independência territorial e política do Tibet, uma teocracia que se mantinha desde o século VII e que, pelo menos nos 300 anos anteriores, prescindia da existência de um exército. Em março de 1959, porém, a tolerância do maoísmo acabara.



Imagem 2: “2000” – Jornal O Globo (2000)

Muitos são os exemplos desta forma de abordagem do passado pelo jornalismo e podem ser observadas em outras plataformas como a televisão, o rádio e a internet. O Jornal do Brasil, por exemplo, editou um *blog* especialmente para a veiculação de acontecimentos

passados, intitulado “HOJE na história” (www.jblog.com.br). Nele o jornal online publica fotos de edições antigas e suas matérias, oferecendo, em seguida, uma contextualização histórica do acontecimento recordado. Mais uma vez, ressalte-se que em um primeiro momento a referência aos acontecimentos é feita como se fossem presentes. Esta estratégia permite tratar da História sem negligenciar o compromisso como atual – ou com a idéia de atualidade –, além de atuar como instrumento de fortalecimento de sua autoridade como “narrador de fatos de todos os tempos”. O artifício de abordagem do passado, principalmente em correlação com publicações anteriores do próprio jornal, tem a função de comprovar a autenticidade de sua narrativa, fortalecendo sua posição como fala autorizada em meio à sociedade.

Os discursos das retrospectivas são, assim, metalinguísticos. Os seus títulos, os seus textos e as suas imagens não fazem referência aos acontecimentos propriamente ditos, mas sim às notícias que saíram sobre eles nas edições originais do jornal. Se, no discurso jornalístico, o acontecimento é a notícia, podemos dizer que, no discurso retrospectivo, a notícia é que é o acontecimento.<sup>46</sup>

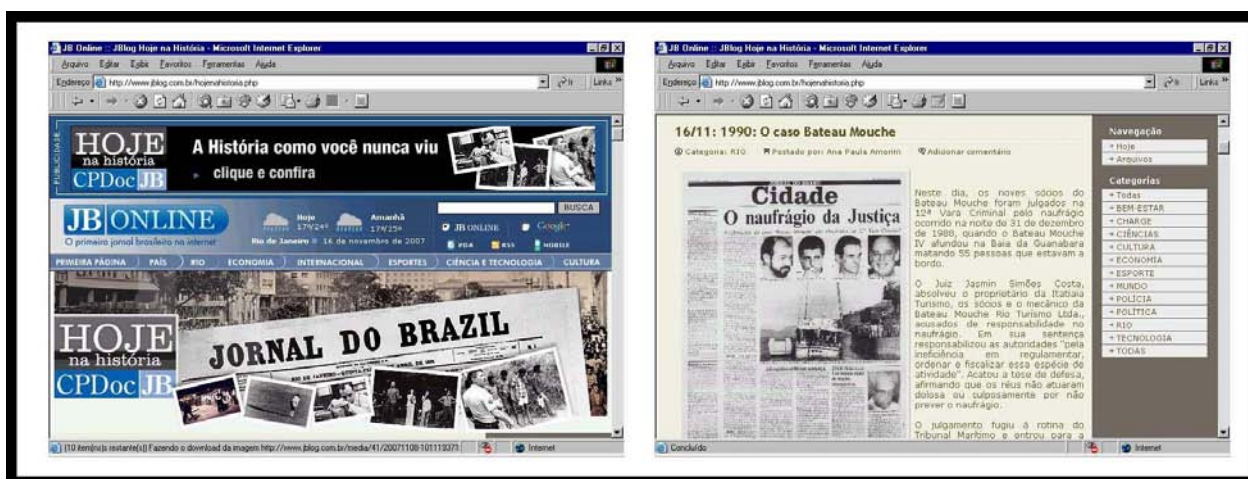


Imagem 3: “Hoje na história” - JB Online

Os jornais ocupam a posição de enunciadores e, mesmo em se tratando da abordagem de fatos que já “entraram para a história”, eles trazem a informação à tona a partir de uma visão presentista e sem conferir crédito ao trabalho dos historiadores, justificando o feito em sua própria capacidade de cobrir todo o tempo e espaço perceptíveis pelo homem.

<sup>46</sup> Ibidem, p. 125.



Como já explicado no capítulo anterior, contrariamente à função presentista, mas complementar a esta, os jornais operam outra forma de construção de memória: a categorização dos fatos presentes como históricos. A historicização confere aos fatos uma importância que não necessariamente irão alcançar. Os jornais selecionam o que deverá ser imortalizado e o enunciam despreocupadamente.

Em relação a isso é possível encontrar muitas ocorrências não apenas nas manchetes, mas também ao longo dos textos. Além disso, é comum uma parte das matérias ser um histórico sobre o assunto abordado. Vejamos alguns exemplos:

- G1, 26/11/07 - Professores das federais terão aumento salarial de até 69%

“Segundo o secretário de Educação Superior do MEC, Ronaldo Mota, o vencimento básico será valorizado pelas incorporações, especialmente da Gratificação por Atividade Executiva, uma **reivindicação histórica** do movimento dos professores”.

- Jornal Nacional Online, 27/09/07 – Seleção feminina de futebol está na final da Copa do Mundo

“A seleção brasileira feminina de futebol vai decidir a Copa do Mundo pela primeira vez. Será domingo, contra a Alemanha, em Xangai, na China. Os correspondentes Pedro Bassan e Wanderley Serbonchini acompanharam a **goleada histórica** sobre as americanas”.

- G1, 20/11/07 – Pimenta Neves segue em liberdade para julgamento de recurso

**“Histórico do caso** - O então diretor de redação de "O Estado de S.Paulo", matou Sandra Gomide, editora de Economia do mesmo jornal, com dois tiros, em 20 de agosto de 2000, no Haras Setti, em Ibiúna, a 64 km de São Paulo. Ele tinha 63 anos e ela, 32. Os dois haviam rompido o namoro de quatro anos poucas semanas antes, quando Sandra confessou estar apaixonada por outra pessoa”.

Como vemos, o resgate do passado se dissemina em toda cobertura jornalística e pode ser observado fartamente. Além disso, a emergência da atualidade concomitante à edificação de memória é tão importante que, muitas vezes, os conceitos se unem em enunciados que apresentam conflitos semânticos. Por exemplo, o portal de notícias do Globo publicou em 13 de novembro de 2007 a seguinte manchete (original do jornal Valor Econômico):

***“After market da Bovespa tem novas máximas históricas de negociação”***

E em 02 de novembro de 2007, esta outra (original Agência EFE):

**“Preço do barril da Opep alcança novo recorde histórico”**

*As notícias acima mesclam o novo com o passado a partir do momento em que adjetivam de “histórico” índices recém alcançados pela bolsa de valores ou pela venda do petróleo, antes mesmo de aguardar o decurso temporal. Estes exemplos são bastante característicos da tendência do jornalismo atual: em uma pesquisa através da ferramenta de busca do G1 nos deparamos várias vezes em um curto espaço de tempo com notícias de novos índices históricos da bolsa de valores, do petróleo, entre outros bens de volatilidade econômica alta. Aparentemente a urgência do novo passa a existir hoje simultaneamente à urgência da historicização, do registro. Infere-se, inclusive, que os jornais procuram se antecipar à importância histórica que naturalmente certos acontecimentos irão atingir e, como forma de declarar um pré-conhecimento do desenrolar dos fatos, os jornais adjetivam como “históricos” ocorrências que não necessariamente farão juz à qualificação.*

Já há algum tempo se diluiu na sociedade a idéia de "fazer história". Principalmente com a ampliação do acesso à internet, hoje qualquer pessoa pode se expressar livremente e atingir um grande número de pessoas, colocando-se, assim, como agente da história, participante e constituinte ativo de sua construção. A história do presente se afirma de maneira universal com a multiplicação das mídias e possibilita uma ampliação desta sensação. O conceito disseminou-se, banalizou-se, e cada indivíduo hoje pode se sentir como membro condutor de uma massa social. Para não ficar de fora – e perder leitores e espectadores – grandes jornais como O Globo se apropriaram desta produção autônoma da população criando redes de *blogs* acessíveis a qualquer usuário.

Durante esta pesquisa, foi encontrado uma postagem publicada em um *blog* do no provedor da Globo Online,<sup>47</sup> no qual o autor/usuário Ricardo Neves, no afã de se sentir uma autoridade reconhecida, escreveu o seguinte título “Globoonliners. Participe desta evolução. Venha fazer história!”. Este exemplo é bastante ilustrativo dos pontos abordados acima. Vivemos hoje com a sensação de que a história está sendo escrita simultaneamente às nossas ações. A velocidade das transformações nos permitem esta sensação e acontecimentos grandiosos de nossa

---

<sup>47</sup> GONZALEZ, Ricardo Neves. *Blog Aqui o negócio é cultura geral!* Acesso em novembro de 2007. Disponível em: <http://www.globoonliners.com.br/icox.php?mdl=pagina&op=listar&usuario=1983&post=7227>.

época marcam esta realidade, como o ato terrorista de 11 de setembro de 2001, cuja notícia chegou rapidamente em todo o mundo e transformou uma geração.

## **4.2 Os jornais na história**

Não se pode negar que hoje os jornais são reconhecidos pela população e por boa parte dos pesquisadores e estudiosos como fonte para a pesquisa histórica. Pode-se dizer que eles são uma narração da história viva e, portanto, possuem importância de fonte histórica. Nas sociedades contemporâneas, conforme observa Ana Paula Goulart Ribeiro, já não existe mais uma linha bem definida entre o acontecimento e o seu relato devido à supremacia da narrativa jornalística. O fato deixou de ser um elemento objetivo, observável através dos documentos, para se tornar um produto da prática jornalística.

O resgate do jornalismo como fonte histórica deve-se à mudança do estatuto do fato histórico. Quando se admite que ele é produzido e não dado, o mais importante deixa de ser o fato em si e passa a ser a forma pela qual os sujeitos tomam consciência dele e o relatam, assumindo certas posições<sup>48</sup>.

No ofício de historiador são diversos os materiais que podem ser utilizados como fontes documentais para pesquisa. Entretanto, a natureza de cada tema proposto para investigação exigirá a utilização de determinados tipos de fonte e o meio de se trabalhar com elas. O jornal se situa como uma dessas fontes que pode ou não ser aplicável em uma pesquisa.

Observamos que o jornal tem se imposto como fonte documental para a pesquisa histórica principalmente no desenvolvimento de trabalhos que tratam de questões cotidianas ou das representações sociais, pois dispõe de grande riqueza informacional nestas áreas. Ainda que o propósito primeiro da elaboração dos jornais não seja o de servir fonte documental para pesquisas acadêmicas,

ele registra as idéias e os valores da cultura na sua diversidade e contradições, tem uma forma peculiar de observar e relatar o cotidiano da sociedade produzido o registro do fazer coletivo e de individualidades que se traduz na história imediata. Possui uma linguagem produtora de significados e, na busca

---

<sup>48</sup> Ibidem, p. 32.

de garantir uma objetividade pragmática frente ao leitor, trabalha com o conceito de verdade já que a notícia necessita de provas.<sup>49</sup>

Hoje a preocupação do historiador não se restringe ao fato em si, mas leva em consideração aquilo que influencia a produção do fato. O relato histórico também é subjetivo, uma vez que resulta de uma representação social que considera a percepção individual daquele que escreve, daquele que vê, daquele que foi testemunha. Atualmente, as formas de ver e produzir o fato configuram como objeto da análise histórica, pois se compreende que todo e qualquer documento nunca é o resultado de uma situação histórica dada, mas sim o produto da representação social que se tem sobre ela. Assim como no jornalismo, não se pode falar de uma verdade absoluta no campo da história, apenas de verdades relativas.

A mídia propicia a divulgação de atos, fatos, palavras e acontecimentos, ela democratiza, torna público. Ao mesmo tempo ela seleciona fatos, inverte valores, estima um assunto em detrimento ao outro, mas apesar de todas as suas técnicas e procedimentos, ela documenta. E, ao documentar se transforma em fonte de pesquisa histórica incontestável.

Felizmente contamos com uma quantidade numerosa de veículos informativos, quais sejam jornais, revistas, estações de rádio, canais de televisão, zines, webpages, que permitem uma ampla documentação de tudo – ou quase tudo – que acontece pelo mundo. Ressalte-se, no entanto, que boa parte do material documentado, principalmente na internet não representa fatos históricos, mas, não obstante, muitos aspectos são úteis para determinação de comportamento e pensamento social. Assim, ainda que na análise de um determinado periódico se verifique a omissão sobre algum tema de relevância, seguramente outros veículos tratarão do tema. O próprio silêncio de determinado meio de comunicação em relação a determinado assunto é, em si mesmo, revelador e permite induções das mais diversas.

Em entrevista ao Observatório da Imprensa, a historiadora Beatriz Kushnir escritora do livro “Cães de Guarda: Jornalistas e Censores do AI-5 à Constituição de 1988”, ao ser questionada sobre a dificuldade na relação com os jornalistas para a elaboração de sua tese, respondeu da seguinte forma:

Num primeiro capítulo eu faço uma longa discussão entre jornalistas e historiadores. Como nós dois estamos fazendo uma história do tempo presente. Só que às vezes o jornalista não percebe que ele é nossa fonte, ele não faz uma

---

<sup>49</sup> JORNAL DIÁRIO. *O jornal é fonte para a pesquisa histórica*. Acesso em 10 de novembro de 2007. Disponível em: [http://www.diariodemarilia.com.br/site/diario\\_xxv.aspx](http://www.diariodemarilia.com.br/site/diario_xxv.aspx).



reflexão. Vocês fazem a história do imediato e a gente faz o que se chama uma história do tempo presente, que é uma reflexão do tempo presente. O que o jornal faz é uma história do instantâneo, e o historiador vai usar aquilo como fonte. Muito pouco da imprensa você tem como espaço de reflexão. Você não tem mais isso hoje em dia. No momento as revistas falam em comportamento, há muito pouca reflexão.<sup>50</sup>

Marco Morel, por sua vez, jornalista e historiador, autor do livro “Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade”, em entrevista ao mesmo veículo foi interrogado com a seguinte pergunta: “*E o jornalista não deveria encarar-se como historiador ou, pelo menos, como o amigo do historiador?*”. Ao que respondeu da seguinte forma:

Verdade que os jornalistas saíram na frente, no Brasil, na produção de biografias, que é um importante filão no mercado editorial. Mas na França é o contrário, são os historiadores que produzem concorridas biografias. E é preciso admitir que há jornalistas que, mesmo com texto palatável, escrevem muitas “abobrinhas”, são limitados nas interpretações e nem sempre distinguem o que é importante. Mas jornalistas e historiadores têm muito o que aprender um com outro, é bobagem alimentar esse tipo de antagonismo. (...) Na medida em que ocorrer uma integração de qualidade entre as atividades do jornalista e do historiador todos têm a ganhar, sobretudo o leitor.<sup>51</sup>

Os entrevistados apresentaram questões importantes e que são recortes práticos e atuais das querelas entre jornalistas e historiadores. Em primeiro lugar, os jornais se diferenciam da pesquisa do historiador a partir do momento em que este faz uma análise crítica sobre os fatos, enquanto aqueles, pelo menos a princípio, limitam-se ao relato pretensamente objetivo dos fatos sem impor sobre eles – considerando os parâmetros tradicionais da profissão – a inclinação de questionamentos, interpretações e análise crítica.

Neste sentido, o jornalismo opinativo, expresso nas colunas e editoriais, é o que mais se aproxima do trabalho do historiador na medida em que imprime uma crítica aos fatos narrados e expressa assumidamente um ponto de vista definido. No entanto, ao mesmo tempo, se distancia daquele ao utilizar ferramentas completamente distintas de percepção e análise da realidade.

Um outro aspecto importante apontado por Morel diz respeito ao mercado editorial alcançado pelos jornalistas principalmente na redação de biografias. Hoje é comum a

---

<sup>50</sup> OBSERVATÓRIO da Imprensa. Cães de guarda. Acesso em: 10 de novembro de 2007. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/asp050320037.htm>

<sup>51</sup> OBSERVATÓRIO da Imprensa. *Cipriano Barata: retrato de um revolucionário* (entrevista). Acesso em 10 de novembro de 2007. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/al250420011.htm>

publicação de livros de conteúdo histórico escrito por esses profissionais. Apesar da ressalva de que muitas vezes o jornalista não está devidamente informado e acaba escrevendo coisas erradas, é verdade também que a linguagem utilizada pelos jornalistas é mais facilmente compreendida pela população leiga. Sua formação lhe permite isso. Dessa forma, sua narrativa é capaz de alcançar um número muito maior de indivíduos o que lhe confere popularidade.

O discurso do historiador, regido por categorias científicas e por linguagens austeras muitas vezes age como ponto negativo na disseminação daquele saber, que na maioria das vezes permanece restrito – pelo menos no Brasil – a um público seletivo e acadêmico. Considere-se, neste sentido, que a educação no Brasil é um problema real e que o desenvolvimento intelectual de indivíduos muitas vezes não permite o acompanhamento satisfatório de textos de maior densidade. Este panorama não é o mesmo da França onde o investimento educacional é mais favorecido e talvez por essa razão alcance maior popularidade nos discursos científicos.

Mas, nesta disputa, geralmente quem perde realmente é o leitor. Conforme já enunciado antes, o trabalho jornalista e historiador é complementar e deve servir de apoio concomitante ao ofício dos profissionais de ambas as áreas. Inclusive, uma constatação importante é o fato de ser relativamente comum estudantes de graduação em comunicação social estarem cursando dois cursos concomitantes e, freqüentemente, o segundo é a cadeira de História.

Podemos observar que muitos livros didáticos de História, utilizados nas escolas de ensino médio e fundamental, fazem referências aos jornais, reproduzindo-os não necessariamente como uma fonte documental, mas como “índice do real”<sup>52</sup>. Esta apropriação pode ser verificada também ao acompanhar trabalhos acadêmicos em universidades, onde cada vez é maior a incidência do jornal como fonte para a pesquisa histórica. Um dado trazido por Ana Paula Goulart revelou que mais de 70% dos trabalhos com recorte temporal do século XX, apresentados no I Encontro Nacional de Pós-graduando em História, ocorrido em abril de 1995 na Universidade Federal Fluminense (UFF), utilizavam os meios de comunicação como fonte primária<sup>53</sup>.

---

<sup>52</sup> RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *A mídia e o lugar da história*. In: Lugar Comum. Rio de Janeiro:.,

<sup>53</sup> Idem. *A história de seu tempo: a imprensa e a produção do sentido histórico*. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado ECO/UFRJ, 1995. p. 32.

## 5 Conclusão

Percebemos que atualmente Jornalismo e História são atividades complementares. Já não é mais possível negligenciar os jornais como fonte para a pesquisa histórica tendo em vista a riqueza informacional que ele apresenta ao pesquisador, além de consistir em uma documentação real do relato de uma época. Não obstante, não se pretende destronar o historiador de sua atividade. Reconhecidamente, o exercício de sua profissão é distinto do exercício do jornalista, ainda que este, no limiar discursivo que lhe é inerente, construa para si uma idéia contrária em relação a isso.

Ao historiador, como profissional capacitado ao tratamento com as fontes históricas, cabe promover uma seleção, interpretação e compreensão do relato produzido pelo jornalista. E, neste procedimento, as implicações ideológicas, conceituais e parciais do texto se apresentam como um dado importante e não como uma característica corruptiva da fonte.

Ao contrário do pensamento positivista iniciado no século XIX, que compreendia que o trabalho do historiador deveria ser um relato opaco dos acontecimentos e, portanto, as fontes deveriam ser indubitavelmente objetivas, hoje a forma de produção dos relatos factuais são características importantes das fontes e permitem a construção de um panorama diversificado que amplia as possibilidades do estudo histórico. Atualmente jornais são reconhecidos como fontes não mais pelo registro desinteressado dos fatos objetivos, mas pela leitura que é realizada sobre eles.

A forma de abordagem de um determinado jornal sobre um tema específico é, por si só, um elemento para interpretação histórica, pois representa vários aspectos políticos, sociais, culturais e ideológicos de uma sociedade ou comunidade. Inclusive, a omissão e a manipulação de determinado veículo também assumem importância a partir do momento em que o historiador analisa os porquês destes posicionamentos e, então, alcança uma compreensão ímpar sobre aquele período ou fato, antes impossibilitado pela opacidade das fontes.

É evidente que muitas são as considerações sobre o uso do jornal – e demais produtos da mídia – como fonte para a pesquisa histórica e não seria possível englobar esta totalidade em um único exercício monográfico. Portanto, não se pretende aqui fornecer uma apresentação conclusiva quanto a seu objeto, mas, sim, assinalar uma questão de extrema

importância para as ciências sociais e estudá-la preliminarmente, incitando uma futura investigação mais ampla.

O aprofundamento destas questões significa um passo a frente para a possibilidade de troca de conhecimentos, experiência e informação entre Comunicação e História. Ademais, a integração das duas disciplinas é uma demanda das sociedades contemporâneas tendo em vista que a união de seus componentes viabiliza a construção de inovadores e diferentes saberes. A interdisciplinariedade é uma realidade que deve servir ao campo científico como uma ferramenta de valor para a produção e multiplicação do conhecimento.

## **Referências Bibliográficas**

**AGOSTINHO**, Santo, Bispo de Hipona. *XI LIVRO – Meditação sobre o primeiro versículo do Gênesis: “no princípio Deus criou...”*. In: Confissões. São Paulo: Paulus, 2002.

**BRAGA**, José Francisco. *A produção da notícia e a construção do acontecimento no jornalismo*. Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado ECO/UFRJ, 2006.

**BURKE**, Peter. *A Escola dos Annales: a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: UNESP, 1997.

**CARDOSO**, H. R. Jr.. *Acontecimento e história: pensamento de Deleuze e problemas epistemológicos das ciências humanas*. Trans/Form/Ação. São Paulo: v.28(2), 2005, p.105-116. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/trans/v28n2/29417.pdf>. Acesso em: 27 de setembro de 2007.

**CARVALHO**, Bruno Leal Pastor de. *A percepção do tempo através do jornalismo contemporâneo – A valorização do presente e a demanda de memória no jornal O Globo*. Rio de Janeiro: Monografia ECO/UFRJ, 2006.

**CERTEAU**, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

**COLLINGWOOD**, R. G. *A imaginação histórica*. In: A idéia de história. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

**DUBY**, Georges. *A história continua*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar / UFRJ, 1993.

**ENCICLOPÉDIA** Larrouse Cultural. São Paulo: Editora Universo, 1990. Vol 6.

**ESPERANÇA**, Clarice Gontarski. *Testemunhas ou fontes: relações e desencontros entre jornalistas e historiadores*. Porto Alegre: Revista Em Questão, v. 12, n. 2, pp. 235-251, jun/dez 2006.

**FOUCAULT**, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

**GLÉNISSON**, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. Rio de Janeiro / São Paulo: Difel, 1977. 2ª. ed.

**GRAZZIOTIN**, Francine. *Imprensa: considerações para seu uso como fonte histórica*. Disponível em: <http://www.semina.clio.pro.br/4-1-2006/Francine%20Grazziotin.pdf>. Acesso em: 30 de agosto de 2007.

**JORNAL DIÁRIO**. *O jornal é fonte para a pesquisa histórica*. Acesso em 10 de novembro de 2007. Disponível em: [http://www.diariodemarilia.com.br/site/diario\\_xxv.aspx](http://www.diariodemarilia.com.br/site/diario_xxv.aspx)

**LAGE**, Nilson. *Sobre os incommunicáveis*. In: Comum 1. Rio de Janeiro: Faculdade de Comunicação e Turismo Hélio Alonso, 1978.

**LOPES**, Sônia Aguilar. *Sobre o discurso jornalístico: verdade, legitimidade e identidade*. Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado ECO/UFRJ, 1990.

**MOTTA**, Luiz Gonzaga Motta. *A mídia e os problemas da cobertura social no Brasil: as estratégias narrativas do jornalismo, os jogos de linguagem e os efeitos de sentido*. Palestra proferida dia 26 de março de 2007. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2007.

**NORA**, Pierre. *O retorno do fato*. In: História: novos problemas. Rio de Janeiro: Cisco Alves, 1988.

**OBSERVATÓRIO** da Imprensa. *Cipriano Barata: retrato de um revolucionário* (entrevista). Acesso em 10 de novembro de 2007. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/al250420011.htm>

\_\_\_\_\_. *Cães de guarda*. Acesso em: 10 de novembro de 2007. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/asp050320037.htm>

**REIS**, José Carlos. *A história, entre a filosofia e a ciência*. Rio de Janeiro: Ática, 1999. 2ª. ed.

**RIBEIRO**, Ana Paula Goulart. *A história do seu tempo: a imprensa e a produção do sentido histórico*. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado ECO/UFRJ, 1995.

\_\_\_\_\_. *A mídia e o lugar da história*. In: Lugar Comum. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. p 25-44.

\_\_\_\_\_. *Jornalismo e história: ambigüidades e aparentes paradoxos*. In: Revista Eco. Pós-graduação em Comunicação e Cultura da UFRJ, Vol. 4, nº 1. 1999. pp. 5-11.

**ROSSI**, Clóvis. *O que é jornalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985. 5ª. ed.

**SEIFERT**, Priscila Leal. *Cadernos de comunicação 4 - Jornalismo, justiça e verdade*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade (Série Estudos), 2001.

**ZELIZER**, Barbie. *Covering the body: the Kennedy assassination, the media and the shaping of collective memory*. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

**WIKIPEDIA**. *Jornalismo*. Acesso em 27 de setembro de 2007. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Jornalismo>